Zero-a-Seis

EDUCAÇÃO INFANTIL EM DEBATE: CONTRIBUIÇÕES PAULISTAS

Early childhood education in debate: contributions from São Paulo

Ana Lúcia Goulart de FARIA
Departamento de Ciências Sociais em Educação
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, Brasil
cripeq@unicamp.br
https://orcid.org/0000-0002-1886-3790

Roberto Sanches MUBARAC SOBRINHO
Curso de Pedagogia - ENS
Universidade do Estado do Amazonas
Manaus, Brasil
rsobrinho@uea.edu.br
https://orcid.org/0000-0003-4893-0883

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO
Em sua primeira assembleia de 2024, realizada no dia 20 de janeiro, o Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI) reuniu professoras/es, pesquisadoras/es, representantes de entidades e movimentos sociais para debater os desafios e as perspectivas da Educação Infantil no Brasil em tempos de democracia. Apresentaremos esse debate como uma obra cênica, como se pudesse ser adaptado e reencenado em outros palcos. As questões que foram colocadas continuam abertas para que novos personagens possam atuar na defesa dos direitos das crianças e das/os professoras/es de creche e pré-escola no Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Política Pública. Movimento Social.

ABSTRACT
At its first assembly of 2024, held on January 20, the São Paulo Forum for Early Childhood Education (FPEI) brought together teachers, researchers, representatives of organizations and social movements to debate the challenges and prospects for early childhood education in Brazil in times of democracy. We will present this debate as a stage play, as if it could be adapted and re-enacted on other stages. The questions raised in this debate remain open so that new characters can act to defend the rights of children and Early Childhood Education and Care (ECEC) and pre-school teachers in Brazil.
KEYWORDS: Early Childhood Education. Public Policy. Social Movement.

PRÓLOGO

Com o avanço do neoliberalismo, após o golpe de 2016, as políticas da Educação Infantil rolaram rochedo abaixo, para usar a metáfora de Sísifo, empregada pela saudosa Fúlvia Rosemberg, em seu artigo *Sísifo e a educação infantil brasileira,* publicado na revista **Pro-posições**, em 2003. O Plano Nacional de Educação (PNE) foi duramente atingido pela Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos da União, como os direitos sociais para proteger o pagamento de juros e serviços da dívida. Com isso, a política de financiamento foi desmantelada pelos golpistas e a qualidade da Educação Infantil foi seriamente comprometida. Ainda no (des)governo de Michel Temer, a Educação Infantil foi incluída no Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), prevendo a formação de professores/as e uma avaliação que ficaria a cargo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que, felizmente, nunca saiu do papel.

No (des)governo de Jair Bolsonaro, o retrocesso das políticas da Educação Infantil foi tão acelerado que, logo no primeiro ano de mandato, em 2019, a concepção preparatória da Educação Infantil com vistas à alfabetização retornou ao debate público com viés cientificista, precisamente por aqueles que negaram sistematicamente a ciência. Voltamos à era das cartilhas e da defesa da alfabetização das crianças por meio do método fônico, porque, segundo os ideólogos da extrema direita, este era baseado em evidências.

Com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, a Educação Infantil é capturada pelos interesses do capital financeiro que, travestido pelo filantropismo do Movimento Todos pela Educação, depois foi repaginado em Todos pela Base, reduziu o direito à educação ao direito de aprendizagem e distribuiu os campos de experiência em códigos alfanuméricos, ao gosto do mercado editorial de livros didáticos. De lá para cá, tivemos não apenas derrotas e retrocessos, mas também vitórias e avanços, como a aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e a valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e, mais recentemente, a aprovação do texto final na Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Nesse cenário de perdas de direitos, ataques ideológicos à educação e perseguição política de professores/as que lutam e lutaram pelo direito à educação no Brasil, a primeira assembleia de 2024, realizada no dia 20 de janeiro , promovida pelo Fórum Paulista de Educação Infantil (FEPI), cumpre um papel fundamental no debate a

respeito das políticas da Educação Infantil. Os desafios e as perspectivas da Educação Infantil no Brasil em tempos de democracia envolvem diferentes questões que se articulam entre si e está disponível no canal do FPEI no YouTube (https://www.youtube.com/live/_iWp-uvtmL0?si=yJpaldZ-8H-Nb_2x).

As questões dos currículos dos cursos de Pedagogia para formação de professoras/es que atuarão na primeira etapa da Educação Básica e da identidade da docência na Educação Infantil, por um lado, a nova proposta de Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil e a atualização dos Indicadores de Qualidades foram os desafios colocados por Rita Coelho, coordenadora da Educação Infantil na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Cultura (SEB-MEC).

A coordenadora pedagógica da Rede Municipal de São Paulo, Elaine Cristina Ferreira da Conceição, apontou para a questão urgente do combate ao racismo nas creches e pré-escolas, destacando a centralidade dessa pauta no debate referente à qualidade da Educação Infantil. Além disso, Elaine sustentou a importância da participação de bebês e crianças pequenas na construção das políticas da Educação Infantil, colocando as questões do protagonismo infantil e do direito à educação.

Alexandre Mandl, advogado do movimento "Somos Todas Professoras", colocou a questão da integralidade da docência na Educação Infantil, ressaltando que a luta pelo reconhecimento das profissionais da Educação Infantil como docentes, e não como auxiliares ou tantas outras nomenclaturas existentes nos municípios brasileiros, é uma questão fundamentalmente política, uma vez que juridicamente a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece as condições para tal reconhecimento, a partir da indissociabilidade do cuidar e do educar.

Estamos no momento de reconstrução das políticas da educação, de reunir forças para voltar a rolar a pedra para o alto do rochedo, nesse trabalho permanente de defesa ao direito à educação de bebês e crianças. Nesse momento singular de reconstrução, abrir espaços de discussão que promovam o dissenso entre diferentes posicionamentos é fundamental para reconstruir o debate público, que foi destruído por forças reacionárias e movimentos de extrema direita que colocaram em circulação uma máquina de desinformação e de ataques ao direito das crianças à Educação Infantil. É com essa intenção que publicamos essas contribuições paulistas ao debate da Educação Infantil. Esperamos em breve publicar também algumas contribuições amazônicas a esse debate. Sobrevivemos ao temporal, agora é hora de unirmos forças para fortalecermos a luta.

PERSONAE DRAMATIS

LUCI APARECIDA GUIDIO GODINHO: Pedagoga, especialista em Histórias e Culturas Afro-brasileiras e indígenas, membra do Grupo Gestor do Fórum Paulista de Educação (FPEI);

RITA COELHO: Socióloga e coordenadora-geral da Educação Infantil no Ministério da Educação;

ELAINE CRISTINA FERREIRA DA CONCEIÇÃO: Pedagoga, Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de São Paulo e membra do Grupo Gestor do FPEI;

ALEXANDRE TORTORELLA MANDL: Advogado, mestre e doutorando na Unicamp; assessor jurídico do Movimento Somos Todas Professoras;

PALOMA SOARES: Professora de creche na Rede Municipal de Jundiaí e integrante do Movimento Somos Todas professoras;

MACIEL NASCIMENTO: Dirigente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo - SINDSEP-SP, membro do Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo – FEMEISP, e membro do Grupo Gestor do FPEI;

NÚBIA GOMES: Pedagoga, pós-graduada, professora de Educação Infantil na Rede Municipal de São Carlos/SP, membra do Grupo Gestor do FPEI e membra do Fórum Regional de Educação Infantil (FREI);

CÉLIA REGINA BATISTA SERRÃO: Professora do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH-UNIFESP -e membra do Grupo Gestor do FPEI;

BIANCA CORREA: Professora no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, e membra do Grupo Gestor do FPEI.

ATO I – ABREM-SE AS CORTINAS

LUCI GUIDIO: Bom dia a todas, a todos e a todes. É uma alegria imensa estarmos aqui hoje realizando a primeira Assembleia do Fórum Paulista de Educação Infantil de 2024. Quero saudar todos os participantes, a gente tem aqui hoje a representação de muitos municípios de São Paulo, isso para gente é uma satisfação muito grande. Também quero saudar as pessoas que estão nos acompanhando pelo YouTube. Nós teremos uma lista de presença, tanto no YouTube quanto nesta plataforma, esta sala interativa. Embora

eu já tenha falado um pouco, eu vou fazer minha audiodescrição. Já dizendo que nós temos tradução e libras, isso também é muito importante para quem está nos acompanhando.

Então, eu sou Luci, sou uma mulher preta de pouca tinta, tenho cabelos vermelhos, agora curtos, uso um batom vermelho, atrás tem uma cortina bege com florezinhas verdes. Então vamos dar início aqui e é com alegria que a gente dá o título desta assembleia de *Desafios e perspectivas da Educação Infantil em tempos de democracia rumo à CONAE.* De um lado, a gente fica muito feliz em realizar esta Assembleia, trazendo infinitas vozes. Ocupando um espaço de diálogo, decretado pelo nosso atual governo, o princípio do diálogo. Um diálogo em Freire, cito aqui o Freire que não é só de consensos, mas de desafios. Um diálogo em que nós podemos nos manifestar sem medo. Junto com a nossa assembleia, nós também temos um outro espaço de diálogo que hoje nós nos prepararemos embora essa preparação ela venha de muito tempo, inclusive com a participação de muitas e muitos que estão aqui, sobretudo da professora Rita Coelho, que hoje nos dá o prazer da sua presença.

Uma pessoa que lutou junto ao Fórum, junto à Ana Lúcia Goulart de Faria, a Célia, que está aqui. É que a gente faz hoje uma resistência para que nenhum direito seja retrocedido. A CONAE como um espaço também de manifestação popular das vozes da educação brasileira terá a nossa contribuição. Essa é a alegria que temos, mas não dá para a gente esquecer de mais de 10 mil crianças que já foram assassinadas em Gaza, por elas a gente hoje também traz esta mesa. Pelas crianças brasileiras que aqui eu cito, as crianças yanomami. O Fórum tem se manifestado sempre contra qualquer tipo de genocídio, de injustiça ou de retrocesso de direitos, não é possível a gente dormir feliz com tantas mortes. E hoje para a gente blindar os direitos de bebês e crianças, a gente se desafia a trazer aqui três assuntos muito importantes à nossa militância. A militância de tantas pessoas desta mesa, desta sala interativa e do YouTube. É a presença da participação dos bebês de zero a três anos na integração deles com a Educação Infantil como um direito. Como direito soberano, respaldado na Constituição. Nós trouxemos esse assunto e trouxemos os bebês para a mesa quando a gente convida a Elaine, que também é do Fórum Paulista de Educação Infantil. Professora, coordenadora pedagógica aqui em São Paulo de uma CEMEI, que traz bebês e crianças num mesmo espaço, mas sem dizer que os bebês são tão importantes e são tão de direitos quantos os outros.

A gente traz também a professora Rita Coelho, que é coordenadora da Educação Infantil no Ministério da Educação brasileira, que pode também, coletivamente, auxiliar

nesta luta, trazendo as políticas públicas para os bebês e para as crianças. E não há valorização de bebês e crianças sem a valorização profissional. E que professoras e professores ocupem com qualidade a docência qualificada ao atendimento de bebês e crianças bem pequenas. Então, assim, eu concluo aqui a minha fala já apresentando as pessoas, o dr. Alexandre, que traz aqui a sua militância, que traz para a gente um parâmetro, uma fotografia, os espaços de luta e militância pela valorização profissional de muitas que estão aqui, e de tudo que a gente vem vivendo no Estado de Paulo, no Brasil, em relação à docência, aos espaços que ocupam os profissionais as profissionais da Educação Infantil. Na esperança, vendo o tanto de políticas públicas que têm avançado na construção desse governo democrático. Então passo a palavra para a professora Rita Coelho.

RITA COELHO: Obrigada, Luci. Bom dia a todos e a todas, eu quero dizer que para mim é um prazer, um grande desafio, uma responsabilidade fazer esse diálogo com o Fórum Paulista, que, na minha opinião, é o Fórum mais representativo dos desafios, das polêmicas e da própria realidade da Educação Infantil. Uma vez que São Paulo é o estado que tem o maior número de instituições de Educação Infantil públicas e privadas, o maior número de matrículas em creches e pré-escola e a maior produção de pesquisa na área da Educação Infantil. Então, a responsabilidade do Fórum Paulista é muito grande, e dialogar com vocês é uma oportunidade estratégica tanto para esclarecer questões, quanto para a gente também articular posições importantes de serem discutidas na CONAE. Eu quero me desculpar que eu não estou de câmera aberta, já expliquei isso para a equipe que está coordenando. Eu fiz uma cirurgia oftalmológica, estou de repouso, tenho que ficar aqui deitada olhando para o teto de óculos escuros, mas acho que isso também não compromete o nosso diálogo, está bom? Vou abrir um minutinho a câmera só para vocês entenderem a minha situação, mas estamos com muita vontade de dialogar. Oi, Ana, saudades, tudo bem? Um grande abraço, Alexandre, retomando a nossa conversa e muitas outras pessoas que estão aqui, a Bianca. Vamos juntos, então.

Boa, gente, eu queria destacar algumas questões que a Luci já trouxe. A primeira é a questão da identidade e da qualidade da docência na Educação Infantil. Nós estamos no olho do furacão de uma discussão nacional que o Conselho Nacional de Educação está fazendo sobre a regulamentação, as diretrizes da formação inicial de professores. Existe um consenso na nossa área da Educação Infantil sobre a insuficiência da formação inicial ofertada na Pedagogia para a Educação Infantil, nós

não estamos questionando a Pedagogia, nós estamos questionando o atual currículo da Pedagogia. E essa discussão está sendo regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação. Então acho que esse é o nosso primeiro ponto de construção de um entendimento, qual é a posição que a nossa área que a militância do MIEIB defende em relação à formação na licenciatura plena para o exercício da docência na Educação Infantil. Esse é o nosso primeiro grande desafio. Existem inúmeras pesquisas que evidenciam a insuficiência do currículo da Pedagogia frente às demandas das práticas cotidianas com os bebês e as crianças na Educação Infantil. Por outro lado, a gente fez um grande levantamento e não encontra uma pesquisa que diga que a atual formação atende às especificidades da identidade da Educação Infantil e do cotidiano de bebês e crianças nas instituições coletivas.

Luci, este é o nosso primeiro desafio, porque não há um consenso a respeito da necessidade de alteração dessa exigência legal da formação. Paralelo a esse desafio, nós temos uma realidade, o Alexandre está para nos ajudar nesse debate, que é a expansão, sobretudo nos estados do sudeste, São Paulo é o campeão, da contratação ou de concursos para profissionais assistentes, auxiliares, monitores para atuar na Educação Infantil. Nenhum problema com isso, na minha opinião, desde que esse profissional não exerça a docência na Educação Infantil. E o que acontece, a maioria desses profissionais está sendo contratado ou concursado para exercer, sem a presença de um docente, a docência na creche, a docência com os bebês. E nós temos uma questão gravíssima, de descumprimento de um direito que os bebês têm, de descumprimento de um direito que os docentes têm e de descumprimento de um direito que os auxiliares têm. Porque mesmo que eles tenham a Pedagogia, eles não fizeram concurso para o cargo de professor. Eles não estão incluídos na carreira do magistério e a nossa legislação é claríssima: a docência na Educação Infantil tem dupla exigência de formação e exigência de concurso público de provas e títulos para o cargo de professor da Educação Infantil.

Então essas duas dimensões se correlacionam, embora pareça que não, pareça que uma questão é a formação é outra questão é a atuação do auxiliar. A Undime, ou seja, os gestores municipais, que são quem contratam ou fazem concurso para esses auxiliares, alegam a impossibilidade financeira de pagar a carreira, o piso de docente na Educação Infantil. Eu colocaria um ponto de interrogação, será que essa impossibilidade financeira se aplica a todos os municípios? Ou ela é uma realidade de alguns municípios? Que não justificaria esse desrespeito ao direito das crianças a um professor e o desrespeito à identidade da docência da Educação Infantil. Todo mundo

que conhece a realidade das instituições sabe que no cotidiano isso vira um conflito entre trabalhadores da educação. O auxiliar, o monitor *versus* o professor, as atividades chamadas pedagógicas e as atividades entendidas, equivocadamente, como apenas de cuidado. E não há dúvida de que nesse contexto o que está em debate é a fragilidade da docência na Educação Infantil. Agravada pelo fato de que essas contratações ocorrem num contexto muito plural.

Nós vamos ter auxiliares com a exigência de Ensino Fundamental completo, de Ensino Médio comum, de Ensino Médio magistério e de licenciatura plena. E vamos ter uma diversidade de perfis e de funções atribuídas a esses profissionais, porque para contratar ou concursar o edital tem que descrever qual é a função desse profissional, e essa função não pode ser igual à do professor, porque senão o setor jurídico não aprova o concurso, já existe um profissional para fazer isso. Analisando alguns desses editais, o que a gente constata é que aquela essência da docência na Educação Infantil, que é o brincar, que é a relação corporal, que é o cantar, que é o ninar, que é o dar banho, que é o alimentar passa a ser função desse auxiliar cindindo a identidade da docência na Educação Infantil, quase transformando a docência num papel de instrução, ou com uma ênfase muito grande no cognitivo, que é tudo o que nós discordamos. Portanto, o segundo grande desafio nosso é debater nacionalmente a Educação Infantil demanda um profissional assistente do professor? Quem é esse profissional? Qual a formação? Qual a carreira? Qual o salário? Qual a carga horária? Esse debate nacional precisa ser feito de forma coordenada, não pode ser o estouro da boiada, cada município faz do jeito que quiser, pagar o que quiser, estabelecer a carga horária que quiser. Esse é um outro desafio importantíssimo.

A nossa proposta hoje da Coordenação Geral de Educação Infantil é realizar uma pesquisa nacional sobre o trabalho desse auxiliar, a atuação dele e as condições de trabalho e valorização. Nós fizemos uma contratação, um edital de contratação, e a professora Lívia Fraga Vieira e o estatístico Edmilson, estão com a responsabilidade de até nos apresentar esse projeto de pesquisa nacional, embora não seja uma realidade de todos os estados e uma realidade muito do Centro-Oeste e do Sudeste. A partir dessa pesquisa, a gente precisa ter mais elementos para estar dialogando com essa situação, que é injusta para o auxiliar e para o professor e para a criança. Tanto que hoje existe no Congresso Nacional um projeto tramitando propondo que os auxiliares sejam enquadrados na carreira do magistério, recebendo o piso de professor. Então, num primeiro nível de prioridade, eu colocaria esse grande desafio: a questão da docência na Educação Infantil, incluindo essa questão dos auxiliares dos assistentes.

Vamos colocar docência, fragilidade, auxiliar como nosso primeiro grande desafio. E a nossa primeira perspectiva de melhoria da qualidade é enfrentar isso, é melhorar a qualidade. A segunda questão que eu quero trazer como perspectiva é a questão dos parâmetros nacionais de qualidade. Os parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil existem desde 2006, num amplo trabalho participativo, dialogado e publicado. Mas a partir de 2018 eles foram questionados pelos governos anteriores, e entraram num grande debate, não resolutivo e não propositivo.

Em dezembro de 2020, o governo Bolsonaro mandou para o Conselho Nacional de Educação uma proposta de novos parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil. O documento recebeu questionamentos que vinham desde o reconhecimento do voucher, a proposta do método fônico, a concepção da Educação Infantil como preparatória até os parâmetros não terem um interlocutor claro. Quando assumimos o governo, em fevereiro, encontramos essa situação. Os parâmetros no Conselho Nacional parados, sob a relatoria da conselheira Sueli Menezes, e nós abrimos uma negociação com o Conselho. Ou nós queríamos vistas no processo, ou a gente queria uma negociação com o Conselho. E o Conselho propôs encerrar a tramitação daquela versão que o governo Bolsonaro mandou, desde que o atual governo enviasse uma nova versão até março de 2024. A partir dessa decisão, num trabalho colaborativo, nós analisamos as três versões anteriores e propusemos uma nova versão, que entrará numa consulta nacional agora no dia 22 janeiro de 2024. Durante a CONAE, essa plataforma de consulta estará aberta. E nós temos uma enorme confiança de que a participação de todas as entidades representativas de professores, de Sindicatos, de gestores, de universidades, contribuirá com a nova versão, que será enviada ao Conselho Nacional, para ser regulamentada até junho deste ano. Por que os parâmetros são tão importantes? Para botar um limite nesse vale tudo que hoje acontece na Educação Infantil, para subsidiar a definição de indicadores pelo INEP, para rever a avaliação nacional que o Inep vem propondo para a Educação Infantil, e que na nossa opinião não atende às necessidades da Educação Infantil, porque não permite relatórios por municípios. O Saeb da Educação Infantil ao ser analisado emite relatório por estado. Então o que adianta você de Assis, você de Campinas, você de Ribeirão Preto ter um relatório de São Paulo?

Porque as realidades municipais não estão representadas no relatório estadual. E a partir dos indicadores definidos pelo INEP, vocês lembram que nós já fizemos isso, a nossa ideia é atualizar os indicadores nacionais da qualidade da Educação Infantil, incluindo Educação Infantil do campo, quilombola, indígena e Educação Infantil para as

relações étnico-raciais. De modo que as instituições e os municípios tenham um instrumento que permita a cada instituição discutir sua autoavaliação Então identidade da docência, perfil formação valorização dos auxiliares, parâmetros nacionais de qualidade da Educação Infantil, avaliação da Educação Infantil pelo Inep e Indicadores de qualidade da Educação Infantil, incluindo: indígenas, quilombolas, campo e a questão ética racial são as perspectivas que estamos propondo para um trabalho conjunto no âmbito do próprio Ministério da Educação. Lembrando que assim como no movimento social, na Undime, no MEC essas posições estão em disputa. E o meu entendimento é que nessas disputas são as grandes forças do movimento social, da participação popular e das Universidades com a produção de conhecimento. Essa é a grande mobilização que eu espero que sejamos capazes de fazer pelo fortalecimento e pela defesa do direito à Educação Infantil. E eu estou aqui às ordens para tratar de outras questões, mas eu tentei priorizar essas, para a gente tirar encaminhamentos e ter um bom debate. Não sei, Luci, se eu atendi a sua expectativa e a sua demanda.

LUCI GUIDIO: Obrigada, professora Rita Coelho. A gente tem algumas questões, vou ler: "É preciso criar mecanismos para barrar os concursos irregulares sem formação e com essas atribuições de docência"; "Direitos são para serem cumpridos e não questionados"; "Aqui em Vinhedo a prática é bem malandra, existem vários editais diferentes. A intenção foi nos usar como docentes. (inaudível) Tanto que aqui o Bozo foi muito bem-votado nas duas eleições. Ainda bem que o Brasil não depende desse município"; "Foi o que pedimos na CONAE estadual, realizar uma avaliação *in loco* e real das condições propostas pedagógicas e aprendizagens na Educação Infantil"; "Participei das fases da CONAE até a fase estadual e essa petição é unânime entre os professores"; "Sobre essa consulta que ocorrerá concomitante à CONAE, haverá disposição de link e orientações novas para novas contribuições"; "Vem com um grande retrocesso criando um novo cargo sem formação, para atuar com crianças pequenininhas no contraturno"; "Enquanto questionam se haveria verbas para o enquadramento do educador, cargos comissionados são admitidos e se mantêm intocáveis com salários exorbitantes nas secretarias municipais. Inadmissível." A gente vai trazer agora a fala da professora Elaine. No sentido de que cuidar e educar são ações docentes, previstas na legislação e a gente tem a CEMEI que traz isso como um fato. Aqui em São Paulo nós tivemos a transição das creches que estavam em SAS e vieram para SME (inaudível). Vou trazer a Elaine que nos mostra como é possível. Elaine, com você, a palavra.

ELAINE CRISTINA FERREIRA DA CONCEIÇÃO: Obrigada. Bom dia a todas e a todos. Como a Luci já disse, eu sou professora de Educação Infantil e coordenadora no CEMEI Lazara Veiga Catellani, unidade que fica localizada no município de São Paulo, na zona sul de São Paulo, no distrito Jardim Ângela, no bairro da Cidade Ipava, lá bem próximo da Represa do Guarapiranga.

Fiz uma organização para falar um pouco desses desafios e desse momento, considerando o tema, eu acho que para pensar desafios e perspectivas na Educação Infantil no Brasil em tempo de democracia, o primeiro desafio que considero importante é pensar no reconhecimento da Educação Infantil enquanto primeira etapa da Educação Básica, porque embora pareça algo elementar é a primeira questão. Então convém a gente lembrar que o atendimento em creches e pré-escolas como direito social dos bebês e crianças foi afirmado na Constituição brasileira, em 1988. E nesse primeiro momento reconhece a Educação Infantil como dever do Estado brasileiro, e que esse processo, portanto, resulta da ampla luta dos movimentos de mulheres, comunitários, trabalhadoras, de uma rede pela redemocratização do país e ainda pela luta de tantas e tantas educadoras em prol da educação.

Esse movimento parece elementar, e como eu estou em um CEMEI, que é Centro Municipal de Educação Infantil, unidade educacional da Cidade de São Paulo, que realiza o atendimento de bebês e crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, ele vem desse lugar que é um espaço que junta, o que era outrora creche e pré-escola, no mesmo lugar e que hoje poucas unidades congregam esse mesmo espaço de Educação Infantil, e o CEMEI na cidade de São Paulo é a união desses dois espaços, não só uma creche no atendimento de 0 a 3, não só uma EMEI de 4 a 5 anos, mas o atendimento de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses e 29 dias em um único espaço, e ainda convém pensar o que é esse atendimento específico que se entende por Educação Infantil, em tempos em que muitas vezes lembra muitas tantas outras coisas, mas nem tanto assim, o que vem a ser a Educação Infantil.

Então é importante que a gente lembre o que é a Educação Infantil, que se faça uma ode à especificidade da Educação Infantil, num momento em que a gente vê tantas revisões de concepção. É importante o fortalecimento das práticas pedagógicas que lembrem desses espaços, que a Educação Infantil acontece em espaços institucionais e não domésticos, em momentos como esses que a gente tem visto, fortalecimento e

práticas em defesa do *homeschooling*. Precisamos defender que são espaços institucionais e não domésticos, que é um espaço que acontece junto a profissionais que têm formação inicial, que tem Pedagogia, não é em qualquer lugar, é um espaço onde se educa e cuida de bebês e crianças, e que essa é uma prática indissociável, logo não tem um profissional que cuida e um profissional que educa, essa é uma prática realizada em conjunto por esse mesmo profissional, sendo reconhecida e validada com a mesma importância. Isso também acontece em um espaço que deve prever e defender, uma ação que seja pública e gratuita e de qualidade a todos os bebês e crianças, e que ainda deve ser supervisionada por um órgão competente do sistema público de ensino, o que significa que ela deve ser regulada e deve ser acompanhada por todos os espaços, porque cada vez mais a gente tem visto crescer iniciativas que nem sempre são de Educação Infantil, mas que muitas vezes ficam parecendo ser práticas de Educação Infantil. E que ainda a gente precisa colocar que é um espaço que não deve ter caráter de seleção, que ela não deve ser preparatória, nem antecipatória ao Ensino Fundamental, e que deve ser garantida a profissionalização de todos aqueles que atuam nesse espaço.

Uma outra questão que deve ser assegurada à Educação Infantil e que é uma ação prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e ainda nas Diretrizes Curriculares de história e cultura africana e de educação para as relações étnicos raciais é o combate a todas as formas de discriminação, e que é preciso assegurar o reconhecimento e a valorização das diferenças étnico-raciais e de gênero. A valorização das diferenças, o cultivo da igualdade, a efetivação da equidade e a garantia e o respeito pela dignidade da pessoa humana. A quebra do silêncio a respeito dessas questões, repensar a intencionalidade presente no currículo, nas materialidades, nos contextos apresentados aos bebês e às crianças, como se constituem os ambientes, os espaços, como são selecionadas as histórias, as brincadeiras, como é que se compõem as paredes, as brincadeiras que são apresentadas aos bebês e às crianças. O fomento num momento em que se viu crescer o desreconhecimento das histórias e das vivências interculturais.

Portanto, será assegurada aos bebês e às crianças bem pequenininhas a ampliação de saberes, vivências e conhecimentos de diferentes naturezas. O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação com as histórias e culturas afro-brasileiras e africanas, que constantemente são ignoradas. A igualdade de oportunidades educacionais entre crianças de diferentes classes sociais quanto aos

acessos e bens culturais e as possibilidades de vivências da infância. Considerando que nem todas as crianças têm acesso às mesmas vivências.

E a gente falava agora há pouco, a professora Rita ainda falava da formação continuada, que é um outro ponto. A Educação Infantil em tempo de democracia por um lado deve lembrar qual é sua vertente, lembrar qual é a especificidade da Educação Infantil. Lembrar o que é Educação Infantil, e por um outro lado lembrar quais são os princípios que a formação continuada deve assegurar. Um outro ponto, o que se deve garantir enquanto identidade docente? E eu fui anotando alguns pontos na identidade docente: o olhar cuidadoso, a indissociabilidade entre cuidado e educação, garantir a justiça curricular, não há mais como a gente garantir Educação Infantil de qualidade sem a consideração da perspectiva étnico-racial, não dá mais para a gente falar de Educação Infantil de qualidade sem o posicionamento contra toda forma de discriminação, dominação e exclusão, não dá mais para se pensar em política pública de Educação Infantil de qualidade sem a consideração do enfrentamento da discriminação, não dá mais para se pensar: "olha, agora a gente vai fazer um instrumento de avaliação da qualidade da Educação Infantil e depois a gente avalia também o enfrentamento à diferença, o enfrentamento à exclusão, num outro documento". Há que se ter centralidade no enfrentamento à discriminação, considerando a constituição da população brasileira como: não há democracia enquanto houver racismo, não há democracia enquanto houver xenofobismo, não há democracia enquanto houver xenofobia, não há democracia enquanto houver sexismos, não há democracia, enquanto houver toda e qualquer forma de discriminação.

E quando estamos falando no atendimento a bebês e crianças bem pequenas é sobre mudar outras formas e construir outras formas de sociabilidade, e isso é garantir outras experiência aos bebês e crianças bem pequenas no espaço escolar, é garantir outras formas de viver e crescer para essas crianças que já estão tendo o direito ou não a ter uma experiência plural, a ter uma experiência de liberdade, de contato com a natureza, de existência no espaço escolar, por mais pueril que possam parecer. Não há mais como a gente considerar experiências que negam a existência de outros seres humanos, que negam a experiência de vida, que negam a experiência da brincadeira, que negam a experiência da arte, que negam a experiência da vida.

Além disso, como é que a gente vai pensar a constituição das publicações institucionais durante o processo de pensar, e olhando para a experiência do encontro dos bebês e crianças que eu vejo diariamente no CEMEI, quando eu vejo bebês de três meses, de quatro meses se encontrando com as crianças de quatro e cinco anos, o que

que essas crianças me contam diariamente? Como é que essas crianças desafiam aquilo que os adultos, ainda, estão pensando, cogitando? O que os adultos ainda, às vezes, não pensaram? O que os adultos ainda estão fomentando? Como é que os bebês e as crianças estão provocando os adultos a escutar? Como é que os bebês e crianças estão convidando os adultos a formular? A parar para escutar? A parar para conversar? A dizer que as questões já estão postas, a dizer que os encontros estão acontecendo. A dialogar e falar: "Olha, eu existo!" "Eu estou na escola!" "Eu sou bem pequenininho." Então é importante que as publicações institucionais dialoguem com o cotidiano. É importante que as publicações conversem com os educadores que estão no chão da escola. Como é que há um diálogo entre as publicações e quem está no cotidiano das escolas? Afinal de contas, com quem a gente está conversando? Como é que são feitos esses estreitamentos? Quem são efetivamente os autores e autoras que estão fazendo as políticas públicas? Não dá mais para fazer política sem os autores que estão vivendo. O movimento negro tem reivindicado o tempo inteiro "Nada sobre nós sem nós!" Então, a gente precisa falar de bebês com os bebês, a gente precisa falar de crianças pequenas com crianças pequenas. A gente está falando de uma política juntos aos educadores da infância, junto às crianças, junto às educadoras da infância.

E ainda, como é que se vai construir uma política pública dos direitos dos bebês, uma política pública que possa assegurar o direito dos bebês e crianças e da qualidade da Educação Infantil, que possa se colocar contra todo processo de exclusão, que possa assegurar a formação das educadoras e dos educadores, que possa garantir que haja investimento na política pública, que haja investimento nos materiais para a política pública, que haja consulta, um olhar nos documentos. Nos indicadores, por exemplo, a gente ouve o movimento, trazendo aqui, até para finalizar, os documentos dos indicadores de qualidade da Educação Infantil Paulistana, que a partir do movimento dos documentos dos Indicadores da Infantil Nacional se constituiu, foram acrescidos documentos para que fosse possível analisar as condições das unidades, e a partir disso, fosse possível elaborar planos de ações e constituições de políticas públicas para a cidade de São Paulo. É importante a gente pensar na constituição de políticas públicas para garantir o direito dos bebês e das crianças. É isso. Obrigada.

LUCI GUIDIO: Agradeço à Elaine, que traz a fala da prática com os bebês, que traz as reflexões também que a gente tem feito no Fórum. E eu queria trazer, aproveitando a fala da El, o que o Fórum Paulista de Educação tem buscado trazer a partir daquilo que vê e que participa acompanhando as escolas, os movimentos sociais, as ruas onde têm

bebês e crianças, que nem sempre estão nos Espaços escolarizados. E isso nos tem educado também. E eu cito aqui o curso "Erguer a Voz". Tivemos o curso 1 e agora recentemente tivemos o curso 2, no qual nós trouxemos os bebês, aliás, não só trouxemos como fomos até ele. Visitamos e trouxemos como ação formativa o MST, fomos até o MST, fomos até a aldeia indígena, fomos também na República, onde nós temos ali a escola no meio da Praça da República, aqui em São Paulo, interagindo. E em nenhum desses espaços a gente viu a separação entre o educar e o cuidar. Desde bem pequenininhos, lembrando que a gente recebe aqui no Estado de São Paulo os bebês com três meses, já pudemos presenciar bebês de vinte dias. Então pensar política pública nesse sentido é também olhar para as diferentes realidades. E enfatizo aqui do ponto de vista da fala da Elaine e de todas as ações que a gente vem buscando realizar. Acreditamos nessa docência, que não separa quem cuida e quem educa.

Nós temos aqui infinitas contribuições, muitas perguntas, muitas ações descritas de várias cidades. Peço também que quem estiver nos acompanhando no Youtube que possa identificar a sua cidade, o seu Estado ou até o seu país no chat, tanto do YouTube quanto aqui no Meet. Nós temos aqui, vou dar uma resumida: "Bebês e crianças precisam sim de escuta para a construção de políticas, ainda que isso nem sempre seja validado"; "Crianças precisam de escuta para a construção de políticas"; "Nós temos aqui a oportunidade de pensar a Educação Infantil constituída de creche e pré-escola". Temos aqui infinitos questionamentos sobre as questões da formação, dos concursos que a professora Rita traz, indagações a respeito das injustiças, das desigualdades que estão colocadas aqui. Uma outra coisa que as pessoas perguntam é: "Como é que a gente tem acesso à plataforma, quem não estiver lá na CONAE?" E a gente tem aqui uma fala: "Ainda precisamos avançar na compreensão da potência educativa e pedagógica nas ações de cuidado, reconhecer o cuidado como experiência estruturante dos percursos de bebês e crianças" Eu vou passar a fala para o Alexandre, e em seguida a fala do Alexandre a gente vai abrir para as interações aqui, vocês podem mandar perguntas, e a gente fica com o compromisso de fazer o resgate de todas as contribuições do YouTube, nós temos bastante gente acompanhando aqui também nesta sala. Alexandre, eu vou te apresentar um pouco mais detalhadamente...

ALEXANDRE TORTORELLA MANDL: Não precisa. Bom dia, Luci, em seu nome saúdo a todas, todos e todes. Quero iniciar fazendo uma autodescrição: sou um homem branco, de barba, óculos, com uma camisa quadriculada, uma estante de livros ao fundo. E estou muito honrado de ter sido convidado para participar dessa primeira Assembleia

do Fórum Paulista da Educação Infantil, no ano de 2024, numa conjuntura bastante complexa, mas que traz muitos desafios, inclusive com uma proposta de Assembleia. Honrado também de compartilhar o espaço com a Rita Coelho, com todo seu histórico, capacidade e conhecimento da Educação Infantil, e que tem um papel importante junto ao MEC. Pessoalmente, inclusive, com o movimento "Somos todas professoras", nós já estivemos em outros espaços e é sempre bom aqui dividir um pouco a opinião e o debate. A Elaine, com uma fala potente, maravilhosa, que trouxe um aspecto do cotidiano, como algumas pessoas já falaram aqui, mas também essa recuperação histórica que sempre é fundamental no debate da Educação Infantil. A presença da Ana Lúcia Goulart de Faria, que é uma referência também para todos nós. Mas vamos lá, vamos adiante.

Eu montei aqui um roteiro a partir da provocação que foi feita, e de alguma maneira vai dialogar com os pontos trazidos, seja pela professora Elaine, e em especial com o segundo ponto trazido pela professora Rita Coelho, mas preciso pontuar aqui também, que através do trabalho da assessoria jurídica do movimento "Somos todas professoras", junto com a doutora Eliane Ferreira, a gente tem buscado entender a partir de um diagnóstico do que tem acontecido na luta na Educação Infantil, e como dialoga com várias questões jurídicas. Mas, saliento que longe de fazer qualquer explanação sobre um "juridiquês", é verdade que nós temos um conjunto de legislação, nós temos uma série de direitos, que, inclusive, foram feitas referências aqui da Constituição Federal, da LDB, etc. Vou passar por esses aspectos na minha fala, mas é evidente que não se esgota na esfera jurídica; é uma dimensão social, cultural, que é construída historicamente, e que perpassa alguns postulados, e a partir dessas provocações com o Movimento aqui representado quero contribuir e fui convidado para trazer algumas dessas reflexões. Acho que o contexto da Educação Infantil, a gente está num processo difícil, depois do governo anterior de desmonte, e, por isso, é evidente que é um processo de reconstrução, numa conjuntura bastante complexa das dimensões políticas, mas é um período de reconstrução também das liberdades democráticas, a partir do momento que o tema é *Desafios e perspectivas em defesa da Educação Infantil no Brasil em tempos de democracia*. A gente tem que discutir qual democracia, inclusive como a professora Elaine pontuou. A gente tem que ser uma efetiva democracia participativa, construída de baixo, e, por isso, aqui, rumo ao CONA, depois do 37º encontro do MIEIB, num processo de reconstrução do Conselho Nacional de Educação, com tantas entidades representativas, a gente está aqui contribuindo

junto com o Fórum, que é um espaço fundamental no Estado de São Paulo, e que tem pautado em várias trincheiras em municípios isso.

Então nós entendemos a importância e a responsabilidade de compartilhar esse espaço e tentar contribuir a partir do que a gente tem conseguido enxergar e analisar. Mas nós precisamos fazer também uma pergunta quase que elementar. Qual é a sociedade que a gente vive e qual é o espaço tem visto a Educação Infantil nesse contexto? Um processo de neoliberalismo de aprofundamento do capitalismo, que leva a um processo de mercantilização, e a gente pode aqui desbravar a quantidade de terceirizações, as privatizações e o impacto que isso traz, como a política de bônus, um desmonte completo, que na verdade é da própria legislação educacional. Um desmonte de uma conquista histórica da luta das mulheres, uma luta de uma conquista do espaço da Educação Infantil como parte da educação. A Educação Infantil como uma primeira etapa da Educação Básica, algo elementar, mas que na prática tem sido desmontado, porque volta uma lógica assistencial, uma lógica meramente assistencial que se reforça nos setores, em especial privatizados, terceirizados; as políticas de convênios a gente vê que é uma lógica de "quanto vale cada criança" e o município aporta um valor "x" e tira qualquer responsabilidade. Isso é gravíssimo e merece toda uma discussão desse tema, e imagino que de alguma maneira o Fórum tem atuado, assim como nas nossas atuações como advogado também de Sindicatos e do Movimento "Somos todos professoras". A gente tem visto isso e merece a nossa atenção, como foi pontuado dentro de alguns desafios.

Afinal, como é que a gente consegue contribuir para reverter isso, para que haja um processo de responsabilização, com fiscalização desses setores nos quais as creches viram, literalmente, um depósito de crianças e não há qualquer estruturação da Educação Infantil? Em respeito à legislação, não só na perspectiva das trabalhadoras, 99% de mulheres, mas também nas suas relações de trabalho, e na perspectiva do direito da criança, da comunidade escolar, de ter um espaço de educação e não espaço meramente de recreação, dissociado, rasgando-se o caráter indissociável do cuidar e o educar. Só que a gente olha daí também para o setor público, e isso tem sido duramente atacado e a gente tem visto isso, com algumas dimensões que a gente precisa entender. É verdade que o Brasil tem uma dimensão territorial continental, profundamente desigual, ainda tem uma diferença com vários debates a respeito disso, entre o rural e o urbano, regiões periféricas e a região metropolitana. Como é que isso se dá de forma desigual, enfim. A educação é evidente que a crise da Educação não é uma crise, é um projeto, como ensina Darcy Ribeiro. A gente precisa entender essas dimensões para ver

como é uma política de custo econômico, e isso a gente tem visto como os municípios têm adotado. Então nós temos talvez como um grande desafio que se somando ao que já foi colocado pelas colegas é de pensar a estrutura da Educação Infantil: como é que ela tem sido desmontada e quais os desafios que a gente tem para batalhar pela sua estruturação, seu aperfeiçoamento. Porém, para nós, tem uma questão central: colocar "o dedo na ferida" de como ter uma política orientada para esse desmonte pautado por uma questão econômica. É aí que a gente precisa enxergar, como é que é essa dinâmica de trabalho. Nós podemos rapidamente aqui, evidente que não se esgota nisso, mas nós temos uma política deliberada de desmonte quando, por um lado, há um avanço institucional. Inclusive o MIEIB, em outubro, nos dados apresentados, demonstra isso: há um aumento do atendimento da proporcionalidade. Quantos municípios não batem no peito com orgulho falando "aumentamos a política de atendimento, etc".

Sem dúvida que é importante, mas primeiro: muitos desses atendimentos são com essas vagas compradas nas creches particulares, e qual a dinâmica que lá está colocada? Segundo: no setor, quando é feita essa política, qual a qualidade de atendimento, pois a gente recebe as crianças e não há contratações, então é evidente que as unidades escolares não estão respeitando a proporcionalidade de criança por docente, ou dão um "migué" de colocar criança com adulto na proporcionalidade e não como docente. E aí cria o imbróglio gigantesco, que a gente volta a falar sobre a questão do caráter do que é o "apoio/auxiliar", com o nome que tiver, como está montado isso e os problemas que isso traz. Diagnóstico básico de toda bibliografia e ouvindo quem está ouvindo diretamente sabe: Qual a constatação? Adoecimento! Há um adoecimento físico e emocional psicológico, porque está montado para não funcionar; há um desmonte estruturante combinado com política de assédio de perseguição com desvalorização, há um desmonte intencional de fato em relação a isso. Então nós temos que pensar essa estruturação a partir de uma questão republicana, inclusive combinando os atores envolvidos com a responsabilidade do governo federal, a responsabilidade dos governos municipais. Como a sociedade civil intervém na dinâmica de responsabilidades do Poder Legislativo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho e os órgãos do próprio poder judiciário, que está longe de ser um sinônimo de justiça. Promove injustiças diariamente, senão estava resolvido nosso problema: vai para o judiciário e aí tem Deus vivo lá que vai lá e resolve esses problemas, longe disso! O chavão que a gente usa muito, mas que é real é: "a luta faz a lei". Foi a luta do processo político da Educação Infantil que conquistou a LDB,

conquistou ter um capítulo próprio na Constituição Federal e tantas outras leis que vieram, mas também é a luta que efetiva as leis, é a luta que derruba as leis.

Então nós temos que estar a todo momento sempre combinando as ações táticas por um objetivo estratégico, e a gente ter uma reorganização dessa luta, dessa pauta, entendendo que é assim que se construiu historicamente. Bom, dito isso, nós estamos num desafio importante agora de ir para a CONAE, na sua etapa nacional, depois de tantos debates municipais, regionais, estaduais. Uma construção participativa muito importante e que todo mundo que está aqui preza muito. E quero destacar que a gente também está num momento muito importante de avanços no legislativo, dessa recomposição, desse processo de reorganização das lutas que nós tivemos no último período. Nós tivemos inclusive a sanção agora no último dia 16 de janeiro, pelo Presidente Lula, de uma lei importante de valorização, que era o projeto de Lei complementar 88, de 2018, que virou a Lei nº 14.817, de 2013, que traz elementos para reforçar a valorização da Educação Infantil com plano de carreira, reforça a necessidade do piso, muitas vezes parece que é muita coisa, é o piso, não é o teto ou um máximo. O piso muitas vezes vira o teto, mas tem realidades distintas, mas há um oportunismo de vários municípios de usar essas margens. Se a gente olhar realmente essa disputa do orçamento, mas eu volto a falar rapidinho disso. Então nessa disputa de entender a legislação, a gente tem um período importante de 2016, com Marco legal da Primeira Infância, com a Lei nº 13.257, que vai reforçar e aprofundar elementos que estavam na LDB, que passa constantemente por disputa e atualizações. E quando a gente chega para a CONAE para dialogar com o plano nacional de educação, o que está vigente com a Lei nº 13.005, de 2014, é básico de um plano nacional de educação. Todo mundo aqui sabe que neste momento eu preciso fazer uma análise, um diagnóstico do que foi feito e do que faltou, analisar as metas e trabalhar para o próximo. Há um debate sempre muito preocupante de que trata o plano nacional como um mero plano, porém, é uma lei federal, e tem que ser cumprida. "Ah, mas traz em metas, etc.". Ora, o desafio justamente é ver quem não cumprir, qual a consequência? Por que senão, por que está lá?

É um ponto de apoio para a gente avançar nas lutas, mas tem que ter um processo de responsabilização essa discussão. A gente tem feito, com o Tribunal de Contas, Ministério Público, nós temos que batalhar como pontos de apoio nessa legislação, se apoiando aqui na sociedade civil para a gente conseguir implementar, porque senão são notas vazias. Então nós temos que implementar, são diretrizes normativas, mas justamente nesse diagnóstico e em um capítulo próprio que nos

termos da LDB da Educação Especial, mas com as crianças com deficiência com toda uma legislação, uma legislação específica do autismo para a gente pensar dentro da Educação Infantil o impacto que isso traz, reforçando a necessidade de profissionais especializados, como direito da criança. Longe de ser qualquer preconceito, ao contrário, é um direito da criança e da comunidade escolar, e como isso está sendo implementado. Mas, veja, se a gente não discute a estrutura disso, nós vamos ter um grande impasse. E aí que eu queria dialogar um aspecto até que a professora Rita trouxe, e que a gente já teve oportunidade em outros espaços, que eu acho que o Fórum pode também contribuir muito para pensar e da melhor maneira como as coisas vão se encaixar. Muito aqui, novamente é dito, toda a referência bibliográfica, enfim, o processo de luta fantástico, apaixonante no cuidar e educar sendo indissociáveis. Então como a gente pode pensar uma estrutura que teria um cargo de apoio e um cargo docente? Se é indissociável, nós defendemos e entendemos pelo Movimento "Somos Todas Professoras", e eu pessoalmente tenho defendido aqui, que nós defendemos a pauta histórica da dupla docência. Entendendo que pode ter mais de um profissional, mas que exercem a atividade docente na Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, justamente por conta da especificidade da Educação Infantil.

Mas nós temos visto um desmonte em relação a isso, quando os Municípios tentam dividir manhã e tarde, mal chamado turno e contraturno. Vejam o absurdo: eu estou com uma criança de colo de 0 a 3 ou mesmo de 4 a 5, eu estou com a criança pequena de manhã, estou cuidando, à tarde educando, como se fosse separado isso. Tem umas prefeituras que tentam dividir isso, mas, veja, nós estamos falando da função docente do aspecto pedagógico. Apesar de ser da área jurídica, aprendi com vocês da Pedagogia que todo esse processo do quanto isso é diretamente vinculado a pensar novamente a estrutura. Como que isso está para definir o que é a função docente. Mas eu vou falar do concurso, mas primeiro a função docente não é uma função que está exercida, não tem um grande debate, o que eu vou separar e é verdade que dá briga, "Ah, então, mas eu faço o pedagógico." "Você faz as trocas." "Você faz isso." Como se separa isso? Sendo que tem doutorado sobre o desfralde. Porque há uma tentativa de minimizar, um caráter para ter um funcionário a sua disposição, tem um profissional. Isso gera uma celeuma gigantesca. Nós temos, eu realmente acho esse o grande desafio na estrutura, que pensar como é que nós vamos lidar com esse cargo e resgatar que em 1996 não era para ter essa diferenciação. O artigo 61 da LDB, com a redação que se tinha alguma dúvida, em 2009 fixou, é objetivo e elucidado, para dizer o seguinte: o cargo, com nome que tiver, de babá, página etc., que o movimento somos

todas professoras, levantou 49 diferentes nomenclaturas no universo de 96 cidades que a gente apresentou na audiência pública, em maio. Nós temos um impasse, porque não é uma questão da nomenclatura, e aí nós vamos entrar também nos editais. Mas a questão é, sim, em 1996 a lógica era pegar o cargo, e falar o seguinte: é docente. A LDB falou: esse cargo que está com atividade diretamente realizada na primeira infância com as crianças, ele é docente. Não é o preconceito, mas a merendeira, o inspetor, o monitor do corredor, com todo respeito esses profissionais, que devem ter plano de carreira melhor, salários melhores etc. é que nós defendemos. Mas nos diferenciamos. Não estamos tratando desses cargos. Estamos falando de quem está na turma, tem um debate entre vocês da pedagogia, se é melhor se referir turma ou classe, mas quem está com as crianças, essas pessoas, elas são docentes! Isso não é na minha cabeça, Alexandre; isso quem diz que é a LDB, no artigo 61, aí ela vai falar o seguinte, ao exercer essa atividade precisa ter escolaridade, porque os concursos não exigiam a escolaridade.

Então é verdade que tem uma obrigação principal e uma obrigação assessoria juridicamente, mas em termos do cotidiano ali do trabalho é pedagógico. Agora, como que eu arrumo isso, e o que era e o que vocês sabem melhor do que eu, eu aprendi com vocês, que era a chamada década da educação, que era o período para fazer essa transição de garantir a escolaridade para esses profissionais, mas era para ter parado imediatamente lá de ter feito os concursos com exercício direto da função, mas que não exige escolaridade. Isso aconteceu? Não! Absurdamente nós estamos iniciando 2024 com cidades abrindo concurso para o exercício direito da função docente não caracterizando como docente, não caracterizando como carreira no magistério, e não só, não pagando piso, não respeita a jornada "dois, um terço", não tem aposentadoria especial, que é um absurdo para a Educação Infantil. E não é só isso, é uma decisão política e econômica, porque continua sendo barato criar uma força de trabalho desprestigiada, desvalorizada, etc. Nós temos um grande problema para fazer isso. É legitimar como um segmento menor que os demais segmentos da educação. Tanto é que nós não estamos inventando a roda. Tanto assim que de 1996 para cá, várias cidades fizeram esse enquadramento. No período de 1996, pelo menos até 2000, 2001, que eram os primeiros cinco anos que a lei federal do FUNDEF que foi revogada agora, que era a Lei federal nº 9424, de 96, e que absurdamente o artigo 9º, para não ficar no "juridiquês", mas como ficará registrado aqui, só para passar por isso, o artigo 9º dizia que era um prazo de cinco anos, mas ele era incompatível com o artigo 87 que é da LDB, que dizia da década de educação, que orienta para os planos nacionais. Então

a chave disso é entender que ainda estamos num período de transição que não se esgotou. Ainda estamos na transição. E por isso não pode punir as próprias servidoras docentes, que seguem com deveres, mas sem direitos. Isso há 10 anos segue deste jeito e ninguém faz nada? E agora no plano nacional, na Lei Federal nº 13005/2014, que estava até agora no fim do ano passado, e não foi cumprido pelos municípios. Ele estava vigente e permitia que os municípios fizessem isso. E digo mais, não é só permitir como se fosse uma vontade, é uma obrigação. Então era um dever, é um dever da administração municipal regularizar. Os municípios que não fizeram até agora, vai ter provavelmente na resolução do que sair das normativas, na CONAE sai por mais dez anos, mas vai ter que fazer isso. Enquanto não arruma essa transição, esse vácuo, o que fazer?

E aí eu vou caminhar para concluir. É evidente que nós temos que tirar alguns encaminhamentos. Então o mapeamento que a professora Rita falou é fundamental, e o Movimento pode ajudar; a gente está à disposição. Eu estou iniciando um doutorado na Unicamp, justamente estudando as relações de trabalho na Educação Infantil. A gente está animadíssimo, tem um monte de coisa para a gente fazer, ajudar a mapear isso. A gente tem que fazer um ótimo diagnóstico, porque é verdade que tem situações diferentes. Tem situações que está dividido manhã e tarde, tem situações que a cidade não tem nenhum docente, tem cidade que tem um docente que coloca por uma turma mais ampla, tem cidade sofisticando a agressão, mas não resolveu a questão. Então, nós temos que enfrentar isso, mapear isso, planilhar isso. Mas veja essas servidoras, com nome que possam ter e tem especificidades e tem algumas que são, eu volto ainda para falar disso, mas primeiro se a gente olhar na carteira de trabalho, como o município indica para o Tribunal de Contas e para o próprio MEC, elas são identificadas como docentes, volto para falar. Tem cidades que tem o cargo de apoio, apoio mesmo, então igual tem no Fundamental e nos outros segmentos, você tem um cargo de apoio, você tem o professor e a professora, manhã e tarde e você tem o cargo de apoio. Esse cargo juridicamente é apoio mesmo, ele prestou um concurso para apoio, juridicamente nós não falamos que este cargo é docente, porque ele está diferente da função do professor. Porém, nesse caso, há um impasse pedagogicamente do que cada um faz. Neste caso não é para ter problemas jurídicos, porque esse cargo, ele fala: eu prestei um concurso de apoio, é para ser apoio mesmo, está escrito no edital que ele é apoio do professor, as atribuições são de apoio. Os problemas ocorrem, normalmente, com desvios de função. Aí tem abusos quando ele fica sozinho, quando ele dobra, etc.

A professora Rita fez referência a quem defenda uma regulamentação desse cargo, e tem estrutura, direitos mínimos, como direito a ter uma fixação de jornada, que tenha aposentadoria especial, política de valorização, é uma discussão para ter esse cargo de apoio, nós estamos abertos a fazer esse debate. Nós achamos que há um problema pedagógico que isso cria, nós não incentivamos essa divisão, achamos que é um problema. Mas, veja. O grosso da questão não é esse o caso. Nós não estamos nem falando desse caso, porque não é a maioria dos casos do movimento e não é a maioria do que a gente está vendo nas cidades. A maioria das cidades o que tem é esse cargo que fica direto com as crianças, sem outro cargo denominado professor, e fica numa natureza híbrida, que o município utiliza os deveres como docente, mas não tem os direitos correspondentes. Esse é o grande impasse; é um vácuo que se perpetua, e que permanece. Mas então vamos resolver a partir de agora. Decretamos que, a partir deste ano, não tem nenhum concurso que cria essa situação, e faremos concurso só para docente. Ótimo. Nós estamos de pleno acordo, e resolve daqui para frente. Vamos construir, efetivamente, esse paradigma da LDB e o que foi imposto pela transição, finalmente, da conclusão deste aspecto trazido pela década da educação. Seria revolucionário; é o ponto de partida. É uma discussão de ter investimento, efetiva a valorização, etc.

Entretanto, e aqui estamos intervindo diretamente na problemática: nós levantamos a mão e falamos: mas tem um problemão aqui, que ficou de 96 ou pelo menos em 2001, ou pelo menos de 2006. Ficou e as cidades não fizeram essa devida adequação. Como resolver? E esse vácuo temporal, como resolvemos? E como foi dito, é injusto, está errado, não é o que a LDB determinava. Mas aí escutamos: "Ah, mas chama movimentos somos todas professoras e sequer é professora, presta o concurso de professora". A gente fala "bom, eu presto o próximo que vier", mas a questão é que não é uma questão pessoal, e a questão da estrutura? Resolve? A pessoa presta o próximo, mas resolveu a estrutura da Educação Infantil municipal? Veja como não é no mau sentido, aspas "corporativistas", numa discussão só dessas servidoras; é uma discussão que passa por isso, porque são mulheres, mulheres negras, então o tripé gênero, raça e classe é central para entender a situação que se mantém até aqui. Por que são essas profissionais? Quem são? Quais são as pautas? Como é que se realizam as lutas, etc., mas não é só aspas "uma questão delas". É das crianças! Elas estão sendo educadas ou não? Então a gente vira para o município e fala: "O município educa essas crianças? Sim ou não? Se não educa, arque com as consequências disso, improbidade

administrativa, mas o município vai lá bater no peito e fala "educo"; a gente vira e fala: "Com qual profissional?"

Se a gente parar a reunião e ir à unidade escolar agora, Prefeito, quem é que está educando essas crianças? Ora, evidente que são essas servidoras. E se estão educando, são elas as docentes, uai. Mas aí a gente vê as "pataquadas" que o município vai lá e fala "não é obrigado a ter docente na primeira infância". A gente escuta a "pataquada" de que é meio período só, que à tarde é só recreação, ou ainda que realmente são elas, mas está errado, e "vou colocar professor, então". A gente escuta uma série de formas de desmontes. Aí quando faz a luta, fala "mas você não prestou concurso para docente": Aí respondemos: "ué, você não fez concurso para docente". Essa é a questão: "Por que você segue fazendo dessa forma se quem fica diretamente com as crianças na primeira infância está educando e deve ser reconhecido como docente?" Ou seja, o que defendemos é uma política de estruturação da Educação Infantil. Uma política de reparação, e que precisa regularizar. Concluo para dizer que ninguém está querendo burlar o princípio do concurso público, ao contrário, nós somos árduos defensores do concurso público, das atribuições que estão lá; e as atribuições são atribuições docentes, algumas mais explícitas, outras menos. Algumas misturadas, intencionalmente. Você "apertou", sai a atribuição docente diretamente com as crianças. Então nós não podemos "tapar o sol com a peneira", é o fruto da minha intervenção, da minha contribuição aqui para o debate, e eu acho que esse desafio nós não podemos "tapar o sol com a peneira". Vamos encarar a questão de frente, com todas suas complexidades, mas sem deixar que a "corda estoure sempre para o lado mais fraco", que, neste caso, são as servidoras da Educação Infantil, e que precisam ser reconhecidas como docentes. O mapeamento vai ser fundamental, nós estamos animadíssimos.

Acho que é um passo muito importante, a gente precisa de uma dinâmica de transição, porque permanece o impasse. Sabemos da complexidade, da heterogeneidade que caracteriza a realidade dos municípios. São competências complementares: os Tribunais de Contas, o Ministério Público do Trabalho, mas também o Governo Federal, o MEC, que a gente tem um canal superaberto com a Rita Coelho, com quem ela puder no alcance dela, a sociedade civil organizada aqui pelo Fórum. Combinar isso com os municípios, não é um problema só do MEC, não é um problema só do município, e a gente vai ter que combinar. E aí é evidente, e eu concluo, não só é da UNDIME, do IPHAM. os municípios são os órgãos patronais, convenhamos, são órgãos que enxergam um cifrão na nossa testa e quanto mais explorar, oprimir, maior

agressão. Existem pessoas evidentemente maravilhosas nos cargos de gestão que batalham seriamente, apaixonados pela educação e fazem milagres em condições muito adversas, mas a gente tem uma questão estrutural, então a gente precisa resolver isso de forma combinada e concluo inclusive com o que a professora Rita colocou: não dá para cada cidade fazer do seu jeito, precisa ter uma normalização, precisa ter um parâmetro e aí é isso que a gente impulsiona e cobra do MEC. Concluo realmente dizendo que eu acho que é um ano muito desafiador, sem qualquer politicagem no mau sentido do termo; é um ano político de eleições municipais, em que esse debate vai estar pautado nos municípios, ainda mais porque a direita inclusive adora bater no peito e falar da defesa da primeira infância, da política municipalista. Quem é que defende realmente? Quais são os partidos? Quem é comprometido? Qual o papel que os municípios têm? Qual o papel do poder legislativo municipal para fiscalizar? Então eu acho que este ano, a gente pode também usar no melhor sentido de pautar programaticamente essas questões para que junto com o governo federal a gente possa avançar. A gente tem tido uma boa interlocução com o GEDUC, no Estado de São Paulo, com o grupo de trabalho sobre diagnóstico da educação do Conselho Nacional do Ministério Público, também no âmbito nacional. Acho que a gente tem avançado de forma muito propositiva. Pensando essa transição, de tentar soluções desse vácuo, e traçando perspectivas para o próximo período. Então, parabéns para o Fórum, desculpa se eu me alonguei um pouquinho e a gente está sempre à disposição aí para o debate, hoje ou depois. Obrigado.

ATO II – INTERVENÇÕES

LUCI GUIDIO: Agradecemos a sua participação, nós temos inúmeras contribuições. Eu acho que a gente tem um mapa de São Paulo, do Rio de Janeiro, enfim, de outras cidades em relação às desigualdades no trato com a profissão docente. Eu acho que vale a pena a gente repassar isso para os participantes da mesa, tornar um encaminhamento, eu acho que isso pode se tornar um documento para chegar até a CONAE, acredito que a gente tem aqui uma participação qualificada e de muitas pessoas, a gente tem quase 200 pessoas participando desta Assembleia, e assim eu queria fazer aqui um destaque.

Em todas as falas, a gente vai percebendo nas falas e nas contribuições também, no sentido de que me parece que a legislação que respalda os direitos de bebês e crianças e daqueles e daquelas que atuam com eles ainda não está totalmente

implementada. A gente vê a necessidade de se reforçar isso. Aqui na cidade de São Paulo, nós tivemos aqui a transição, Alexandre deve acompanhar aí é muitos dos que estão aqui, inclusive a gente tem aqui presente na nossa Assembleia a Secretária municipal de educação a época. É isso que você traz, Alexandre, sobre a transição, houve a transição e aqui em São Paulo não houve mais ingresso de auxiliar. Pelo menos na educação pública, a gente vê que nas privadas é um número gigante, isso acontece com todos os nomes possíveis e imagináveis. Algo também que eu gostaria de destacar é a questão da implementação de parâmetros, de indicadores de qualidade da Educação Infantil. Que necessariamente precisa ser construído coletivamente com quem atua e está com os bebês e as crianças bem pequenas, não pode ser diferente. Acho que precisa unir pesquisa e prática nessa ação. Então, quando a gente fala da formação qualificada, e vejo que em todos os comentários não há defesa sobre separar educação de cuidado, separar pessoas para fazerem essas ações é outra e a outra. E acho que isso tem muito a ver com referenciais e com indicadores de qualidade. E a gente consegue aqui também em São Paulo, e eu estou falando de São Paulo, porque é a cidade da qual faço parte. E agora, eu vou ler alguns comentários.

E em seguida eu vou abrir, a gente ainda tem tempo, então eu vou abrir para falas de cinco minutos para cada participante da mesa, e em seguida a gente abre novamente interações aqui no grupo. E aí Elaine, eu vou pedir para você me ajudar com as mãozinhas. Que a gente possa ser ágil. Então eu vou buscar aqui, só um minutinho, porque são tantas pessoas, mas eu vou colocar aqui algumas. As pessoas estão perguntando de informações sobre SAEB infantil, o que é isso? É a plataforma que a professora Rita citou, que estará disponível. Aqui a gente tem uma contribuição, que é "democratizar a educação é um processo pedagógico que passa intrinsecamente na gestão democrática e participativa na perspectiva da garantia do direito, humanização e inclusão social;" "A valorização das profissionais da Educação Infantil, já!"; "Nosso apoio às companheiras de Cubatão e de todos os municípios que sofrem com a desvalorização"; "Valorização, nosso apoio"; "A proporcionalidade- uma educação humanizadora implica mais braços para o atendimento de qualidade para as crianças;" "Com o cuidado e educação indissociáveis é fundamental que seja normatizada uma proporção de professoras, bebês e crianças que viabilizem o atendimento de qualidade na Educação Infantil"; "Nós, profissionais de apoio, também temos função docente"; "Mais braços foi um termo que há aproximadamente dois anos tem aparecido nos cursos"; "Uma analogia, reflexão e analogia, situação atual da Educação Infantil por essa perspectiva é muito complicado"; "Direito da criança bem-colocado". Nós temos

aqui inúmeros elogios aos nossos palestrantes hoje. "Aqui em Ribeirão Preto as pessoas estão falando que vai ter inclusive o aval do Conselho Municipal de Educação, chamar as pessoas com nível para as creches"; "Bom é lutar contra o projeto de desmonte"; "Apoio à dupla docência"; "Duplo educativo e com docência"; "A lógica produtiva ainda persiste desqualificando a Educação Infantil e a lógica econômica e de poucos recursos empurram para desvalorização e desconsideração do trabalho de professoras chamadas por outro nome"; Aqui a pessoa cita rateio, como fica na cidade o rateio do FUNDEB; "Outras cidades não pagam, como ficam os direitos dos profissionais de educação?"; "A questão dos educadores é estrutural." "Em Cubatão, as funções de apoio são realizadas pelas professoras e pajens." "Tratar-se de uma função que atua diretamente com as crianças com transtornos"; "Sim, fazemos todo o trabalho pedagógico quanto o intuito de forma lúdica, os alunos com o primeiro contato com a educação;" "A desvalorização da Educação Infantil e profissionais docentes perpassam questões de gênero, visto que majoritariamente as profissionais são mulheres."

Nós temos uma pergunta que eu acho que ela traz um enfoque bastante interessante, pensando nas crianças pequeníssimas. Os CEIs têm recebido, especialmente nos últimos anos, um número grande de bebês recém-nascidos, bebês que necessitam de tempos e espaços, materialidades que atendem às suas especificidades e necessidades, bebês que precisam de braços, pois o colo cuida, educa e qualifica a ação pedagógica. Atualmente, aqui na cidade de São Paulo e em muitas cidades do interior, nós temos uma proporcionalidade de uma professora para sete bebês, uma proporcionalidade que torna complexo o atendimento. Em uma perspectiva humanizadora, aí vem a pergunta: "como podemos pensar as políticas públicas para os pequeniníssimos, como podemos rever a proporção professor bebê para garantir uma Educação Infantil de qualidade desde o nascimento?" Eu vou parar por aqui, vou dar cinco minutos para cada palestrante, e em seguida a gente abre as colocações de forma interativa. E nós fazemos o fechamento com as falas dos convidados. Tudo bem? Vamos lá, vamos começar. Quem começa?

RITA COELHO: Sim, eu posso começar, Luci. Então, primeiro dizer da importância desse debate, e que ele precisa ser propositivo. Nós não podemos chegar na CONAE com esse conjunto de questões sem ter posições dos Fóruns, do Fórum Paulista e do MIEIB. Esta é a primeira observação. Segunda observação, perfeita a fala da Elaine, acho que a educação de bebês como dever do Estado precisa ser a primeira questão que nós vamos levar para a CONAE. Porque essa questão dos bebês está na

complexidade da oferta, da materialidade, do profissional, do direito das famílias. Eu acho que pautar o atendimento, o direito e o dever do Estado com atendimento de crianças da faixa de 0 a 3 anos em creches é uma questão estratégica, importantíssima de estar discutindo. Nós, do MEC, queremos fazer essa discussão. A segunda observação minha é eu gostei demais do Alexandre e da sua afirmação de que a Educação Infantil continua em transição. Eu acho que é uma afirmação importante e aponta uma perspectiva de construção, e não de reclamação e de retrocesso. Essas questões que apareceram apontam exatamente isso, a Educação Infantil continua em transição no âmbito sistema educacional. E como vamos enfrentar? Quais as nossas posições? Quais as nossas defesas? E nesse sentido a questão da identidade da docência tem uma centralidade. Porque ao defender a identidade da docência, seja na perspectiva que a Elaine trouxe da indissociabilidade do educar e cuidar, seja na perspectiva que o movimento "somos todas as professoras" traz, dizendo que ações de apoio integram a docência, esse é um debate que temos que fazer, não pode cada um caminhar para um lado. Vamos aproveitar a CONAE, uma conferência nacional, e vamos discutir isso nacionalmente. Vamos colocar esse tema. O MEC, seja por meio da SEB, seja por meio da SASE, está comprometido com esse debate. Vamos então fazê-lo de forma participativa, democrática e ética. E a outra questão que nós precisamos contribuir (alguém pediu: "Qual que é o link dos parâmetros") agora nós vamos divulgar amplamente, através do MIEIB, através dos fóruns, através da UNDIME, da união nacional dos conselhos municipais UNCME, vai estar na página do MEC. Qualquer um de vocês que tiver dúvida pode fazer uma demanda na COGEI, no meu e-mail, que a gente divulga.

E quero dizer, Elaine, que esses parâmetros estão pautados nas questões do campo, da educação indígena, da questão quilombola, a questão da Educação Especial e a das ... eu prefiro falar a questão educação para a igualdade racial. Mas hoje no MEC o compromisso central da SECADI e da SEB é o combate ao racismo, com essa palavra, dura, mas é a perspectiva que está sendo discutida, combate ao racismo na Educação Infantil e na Educação Básica. Outra pergunta que me foi feita sobre o SAEB, eu vou me comprometer em enviar o relatório preliminar de avaliação do SAEB Educação Infantil. Como vocês sabem, está prevista na legislação a avaliação nacional externa em larga escala das condições de oferta da Educação Infantil, que é responsabilidade do MEC. O MEC fez isso, incluindo a Educação Infantil no SAEB, SAEB Educação Infantil. O Fórum Paulista já discutiu isso, com várias participações. Eu lembro da Bianca, eu lembro da Sandra. Então esse relatório eu vou divulgar para vocês para nós podermos

pautá-lo na CONAE. Mas o que fica claro é que a Educação Infantil demanda um outro sistema de avaliação, porque o SAEB emite relatórios estaduais, então na discussão dos parâmetros, que é importante todos participarem, incluindo essa diversidade, que é complexa, talvez seja necessário em determinado momento a gente desagregar. Não sei, a proposta está no todo, mas pode ser que as especificidades exijam indicadores específicos da educação do campo, indígenas e quilombolas, indicadores específicos para Educação Infantil de crianças com deficiências e altas-habilidades. Isso está em discussão, está na pauta.

E o que eu estou solicitando aqui é posicionamento, é fechar a pauta, porque uma pauta que trata de tudo, nós não vamos ganhar nada, nós não vamos avançar em nada, nós temos que ter estratégia de luta, quais são as pautas prioritárias hoje para o Fórum Paulista levar para o CONAE? Então, lembrando os parâmetros e depois dos parâmetros, a formulação dos indicadores, está bom? O site para participar dos parâmetros será divulgado. E o relatório do SAEB Educação Infantil eu vou compartilhar com vocês antes da CONAE, de modo que, se possível, vocês façam essa discussão. Vou compartilhar com o MIEIB e com todos os Fóruns de Educação Infantil. Eu acho que foram essas as questões dirigidas a mim.

LUCI GUIDIO: Obrigada, professora, lembrando mais uma vez que após a fala da Elaine e do Alexandre a gente abre para as interações. Tem mais perguntas aqui no chat e temos a lista de presença no Google forms, para que todos os participantes possam assinar, tanto aqui no Meet quanto no YouTube. Elaine e Alexandre.

ELAINE CRISTINA FERREIRA DA CONCEIÇÃO: Obrigada pelas ponderações, pelas perguntas, pelos apontamentos, pelas considerações. E até dialogando, com o que a professora Rita dizia, e falava sobre a dureza da palavra do racismo e a gente vai dizer que a experiência do racismo, ela é bastante dura e é exatamente por essa importância, que a gente vem nomeando. Porque a partir da nomeação das experiências é que conseguimos enfrentá-las.

Então acho que uma das questões para a gente até colocar aí na CONAE é esse lugar. Para que a Educação Infantil, ela possa efetivamente se posicionar, e eu já disse antes, contra todas as formas de discriminação, exclusão, racismo, xenofobia, sexismos, a Educação infantil não dá mais para ela dizer...não se posicionar contra esse lugar. Então a gente precisa fazer este enfrentamento de forma direta e explícita. A Educação Infantil precisa fazer o posicionamento direto e não secundário, que é o que

eu disse anteriormente, eu acho que é importante a Educação Infantil trazer este debate na centralidade, porque, ao longo da sua trajetória, ela não colocou. E aí até os estudos na Educação Infantil é em educação das relações étnico-raciais, ele vem fazendo esse apontamento. Quantas vezes a Educação Infantil precisou ter consultas específicas para falar: "Será que a Educação Infantil faz parte dessa discussão? Será que os bebês e crianças percebem ou não percebem a forma de discriminação?" Então é importante que haja o posicionamento direto sobre o enfrentamento!

Um outro ponto que aí foi apontado pela Renata e outras pessoas ali pelo chat é fundamental que a gente discuta proporcionalidade de bebês e crianças bem pequenas, por exemplo: eu atuo num CEMEI e aí a gente pensar na cidade de São Paulo, essa chegada dos bebês bem pequenos, a gente vem discutindo isso nas instâncias sindicais e em outros espaços sobre os bebês pequeniníssimos, então como é que a gente pensa na chegada desses bebês, e como é que a política pública vem acompanhando esse debate. A gente entende a importância da chegada dos bebês, reconhece como espaço de direito os bebês na unidade educacional, contudo, como é que tem sido pensada a adequação profissional, a adequação dos ambientes para a chegada dos bebês, porque eles chegam, o espaço reconhece como direito, mas não há adequação da política pública para isso, e continua a mesma proporção de sete bebês para um educador/ para uma educadora. Então a gente precisa rever essa proporcionalidade, assim como para as outras etapas, nove para um educador, doze para um educador.

Sobretudo este 0 a 3 a gente precisa pensar nessa proporcionalidade por educador, e um outro ponto a gente pensar na formação profissional, como é que tem sido pensada a discussão da formação profissional, que muitas vezes ainda nos cursos de Pedagogia ainda … A ênfase profissional, né? Nessa formação, como é que são discutidas as práticas pedagógicas? Qual é a ênfase? A efetiva para as identidades profissionais? Acho que é importante a gente fazer uma retomada desse espaço, acho que em especial esta discussão!

LUCI GUIDIO: Obrigada, Elaine. Alexandre...

ALEXANDRE TORTORELLA MANDL: Bom, pessoal, agradeço também às perguntas, aos comentários para o debate com a Elaine e com a professora Rita.

Tem uma primeira questão que através do movimento a gente tem conseguido, com as pernas que a gente tem tido, a gente sabe que são amostragens, mas dialoga com alguns pontos que foram aqui trazidos. Quando a gente pontua que a pauta da

Educação Infantil precisa passar de forma transversal na perspectiva raça, gênero e classe, é porque a gente tem o diagnóstico de quem são as crianças atendidas? Quem são as trabalhadoras e historicamente, como é que tudo isso se deu, e como se aprofundou nos períodos? E como essa perspectiva, a manutenção da maneira como as coisas estão perpetuam os ataques para a mulher negra da classe trabalhadora? Então discutir investimento para reverter a lógica de que estar inserida nesta política pública é fundamental sobre essa perspectiva!

E como eixo também central entendo que o Fórum deve contribuir com uma questão que tem sido muito trazida, que é da privatização e terceirização, essa lógica do depósito das crianças, como isso tem acontecido e tem sido muitas vezes chancelada por uma questão econômica, de uma política fiscalista, dos limites de responsabilidade fiscal e etc. Sem também purismo ou ingenuidade, a gente tem que fazer esta disputa e pontuar o que isto reproduz, a gente tem que, no mínimo, para que haja um controle e fiscalização dos municípios, a gente tem várias cidades que lavam as mãos e dizem: "eu não tenho responsabilidade sobre o que acontece na unidade escolar privatizada, terceirizada, conveniada, recebe bônus" e pronto. Na minha prática, eu vejo que usam o argumento que "minha responsabilidade é pagar um valor, o "X" por criança, e pronto!" No mínimo tem que ter a fiscalização completa disso e a transição para reverter esse quadro de ampliação de escolas conveniadas. Acompanhei cidades que assinaram um TAC, um termo de ajuste de conduta do Ministério Público com a Prefeitura, para no prazo de dez anos diminuir as vagas nas escolas conveniadas e ampliar na rede pública. Precisamos ainda acompanhar isso.

Também no que se refere ao projeto de Lei Federal nº 2387/2023, que foi de iniciativa da deputada Federal Luciene Cavalcante, aqui de São Paulo, do PSOL, a partir da discussão com o Carlos Giannazi, e o movimento também tem uma atuação grande junto a esse PL, avaliamos que ele é muito importante para o debate. Aprovou-se na Câmara, na Comissão de Educação, e agora foi para a Comissão de Constituição e Justiça. Em especial a deputada Luciene Cavalcante tem sido incansável, é importante porque deixa mais explícito o artigo 61 da LDB. No entanto, ele só deixa mais explícito, não precisaria ter! Isso é importante porque a gente tem escutado muito munícipio falando: "quando resolver no federal, aí pronto, eu arrumo aqui na cidade". Não é uma competência delegada; é concomitante, mas tem a responsabilidade do município, são servidoras municipais, então é bom que avance, seja aprovado e deixa mais explícito, e nós vamos dedicar muito da nossa vida para aprová-lo. Mas isso também não pode ser um ponto para deslegitimar a luta atual, como se falassem que "não tem lei federal

atualmente e nada posso fazer". Já tem lei. O artigo 61 da LDB já é suficiente. Mas é bom se ficar ainda mais explícito. É um ponto de apoio a mais, e nós vamos batalhar para aprovar. Vale dizer também que não é automático, caso seja aprovado. Os municípios terão que cumprir e adequar seu estatuto. Mas ganha um ponto de apoio ainda maior, e ele tem o efeito cascata e a gente precisa cobrar para que cada município faça a devida adequação, como hoje já deve fazer em relação à LDB, que, como se sabe, já é vigente.

Já foi dito, então não vou me alongar, a proporcionalidade bebê/docente, e que as prefeituras não cumprem, nem mesmo quando dão um "migué" colocando bebê/adulto. Devemos brigar para ser bebê/professor e não só o adulto, como também é utilizado, e acho que é central porque você discute a qualidade a partir de uma política de ampliação do atendimento, da demanda por conta das ofertas e que vai ser crescente, e é bom que seja, mas precisa ter um acompanhamento, e isso discute política de contratação, de concursos etc. Terceiro, também gostei bastante da resposta, a manifestação da professora Rita de a gente pensar essa transição: também acho, professora, isso é o centro, né? É a chave para entender que a gente está numa continuidade, ela é ainda uma política de transição porque não se esgotou isso, e nós apresentamos na audiência pública de maio do ano passado e quando tivemos a reunião com o MEC. Nós, pelo movimento, longe de esgotar temos contribuído para as reflexões, e com propostas, inclusive o Fórum teve acesso e deve produzir materiais para a CONAE e tal. A proposta é de regulamentar um pouco essa transição, esses parâmetros que a gente tem cobrado para que seja nacionalmente determinado, para justamente orientar os municípios, e com isto poder fiscalizar. Nós temos que criar os expedientes de imediata fiscalização para parar os concursos públicos que estão sendo feitos de forma equivocada, "arrumando para frente", como a gente fala, sem esquecer deste vácuo de quase 30 anos que ficou. É uma geração inteira de mulheres negras trabalhadoras que precisam ser reconhecidas como docentes pelo trabalho realizado desde o primeiro dia em que tomaram posse nas prefeituras, após serem aprovadas num concurso público que possuía atribuições definidas com atendimento direto às crianças da primeira infância.

Temos cobrado, por um lado do MEC, de outro do Conselho Nacional do MP, o GEDUC, enfim, a gente tem feito esta cobrança, precisa ter esta estruturação, a gente está tentando aqui judicializar, tenta cobrar, mas não resolve, a gente não consegue cem por cento. Para conseguir combater isto, se tiver política concomitante de Tribunal

de Contas, do MEC para pensar o financiamento, para ter o controle disso, a gente tem aparatos maiores.

Outra questão colocada no debate, é verdade que tem uma discussão mesmo dentro do cargo de apoio e o impacto que isto traz se você não tem aposentadoria especial, você tem nível de adoecimento, desgaste físico e emocional e não tem jornada de trabalho, como da carreira do Magistério, de um terço ou dois terços. Os fundamentos que estão justificados para ter esses direitos, estas servidoras não possuem? Não estão num ambiente da Educação Infantil, diretamente com as crianças, como ainda não possuem esses direitos? Tem a discussão do recesso, além de toda a problemática de desestruturação da Educação Especial, nos termos da LDB, como um direito à integralidade da docência de uma criança PCD. Enfim. Têm cidades que estão conseguindo reduzir a jornada de trabalho sem redução de salário, têm cidades que têm conseguido implementar o adicional de periculosidade, então são pequenos avanços, normalmente salários muito baixos, então é preciso uma política de valorização salarial, e acho que é possível medidas concomitantes enquanto vai pensando nesta transição, a gente também tem buscado ajudar com isto.

Sobre a articulação institucional eu, falei, né? do MP, MPT, Tribunal de Contas, GEDUC, mas também com seminários, espaços acadêmicos e da sociedade civil, como esse hoje, buscando orientar para que formulem resoluções, orientações, mas esses eventos, estas trocas de conhecimentos são fundamentais. Eu escuto muita gente da educação falando: "Nossa, os juízes, promotores, promotoras precisam ouvir a Pedagogia, porque não conhecem o chão da creche, não conhecem a realidade da Educação Infantil". Tem toda a razão. Precisa mesmo, o direito educacional não é disciplina da grade da graduação do direito, é uma muito específica, é verdade que não conhecem a realidade. Mas eu faço esta provocação também, porque a gente precisa somar conhecimentos e etc, mas não é só o conhecimento, precisa de uma formação permanente, evidente, mas tem um problema político, de fundo econômico: Por que essa situação permanece? É perpetuada, chancelada e de certa forma tolerada socialmente? Falta conhecimento, é verdade. Mas será que é aspas "só isso"? Não podemos deixar de buscar compreender por que a Educação Infantil segue sendo desprestigiada e desrespeitada como um segmento menor que os outros da educação. Será que segue assim por que são mulheres negras as trabalhadoras? Será que é isso por que, no fundo, ainda olhamos meramente como assistencial o trabalho ali realizado? E como cuidado dissociado da educação segue sendo desvalorizado em nossa sociedade?

São muitas coisas e a gente tem que seguir nisso, essa articulação de atividades interdisciplinares e troca de conhecimentos é fundamental. Neste sentido com as universidades que vocês mesmos começaram aqui dizendo, inclusive, que nas faculdades de Pedagogia a Educação Infantil muitas vezes também não tem tanto espaço e reconhecimento; há um déficit, né, a professora Rita falou do déficit da formação da Educação Infantil, especificidades da Educação Infantil e isto também é permanente. O Pro-for, programa de formação, precisava pensar novamente a reedição de programas de formação, já teve historicamente convênios com as universidades públicas, isto precisa retomar, o MEC tem feito isto, tem programas específicos de bolsas para educação de quem vai atuar junto às comunidades quilombolas, há várias iniciativas importantes, a gente levantar a mão e falar: "Olha, a gente também poderia retomar aquelas importantes políticas de articulação para formação permanente na estrutura da Educação Infantil". Enfim, 2024 para também não me entendam mal, não acho que vai resolver, evidentemente, a questão, mas a gente pode pautar isso porque ela é uma questão que aparece nas cidades pequenas, médias, com mais ou menos receitas e isto deve ser pautado: - O município educa? Educa com quê? Quais são os déficits e quais são as possibilidades?

Por fim, apareceu uma questão que eu também acho que ela é provocadora por conta do debate, quer dizer, a gente tinha um grande debate a partir de 88 e depois na LDB, são as discussões dos cargos de direção, coordenação, supervisão, se iria ter concurso para cada cargo ou se vira uma estrutura que seria participativa, democrática e eleita. Convenhamos, o mapeamento que a gente tem feito mostra que são indicações gratificadas, com cargos vinculados à politicagem, literalmente, para quem entra muitas vezes nas panelas, não é? Aquela coisa… tem muita gente séria, tem muita gente competente, mas o grosso, a gente tem visto é que não se respeita uma estrutura republicana, aí é o inchaço da folha em relação a isso, há distorções, então me parece que a gente tem que fazer um grande debate sobre essa situação dos cargos dentro das estruturas da educação, e falo isso porque o judiciário tá fazendo; e tem tido uma série de ações judiciais exigindo o concurso para toda essa estrutura da educação, e acho isso certo. Qual é a posição do Fórum Paulista? Como tem sido tratado esse assunto nestes espaços? Acho que tem elementos também para a gente desenvolver um pouco por aí, e concordo com a própria professora Rita, quer dizer, o foco, talvez, do Fórum seja de avaliar exatamente quais são as pautas prioritárias? Onde é o foco? Mas isto também trago como uma reflexão que surgiu aqui dos questionamentos.

LUCI GUIDIO: Obrigada, Alexandre. A gente tem aqui algumas outras perguntas. Uma pergunta importante, que eu acho que vai trazer um pouco as três contribuições. "Qual articulação entre o governo federal e os municípios seria possível para garantir a integralidade da docência na Educação Infantil?" Essa é uma questão. A professora Rita pede um posicionamento do Fórum. Acho que o posicionamento em parte está aqui, representado por várias vozes do Estado de São Paulo, mas também a gente vai colocar o nosso posicionamento de todas as questões aqui dadas, uma vez que o nosso coletivo, a gestão do Fórum Paulista de Educação vem discutindo isso em todas as instâncias de participação, tanto em âmbito dos Municípios, como também no MIEIB, no Fórum Sudeste, no fórum Nacional. Inclusive com a proposta aprovada no Fórum Nacional de Educação, no Encontro Nacional de Fóruns de Educação Infantil, a realização de a gente discutir nacionalmente, uma Conferência Nacional de Educação Infantil. Então essa foi uma proposta aprovada, lógico que a gente vai precisar construir, mas, enfim, no decorrer do posicionamento do Fórum Paulista de Educação Infantil. Agora eu abro a palavra, nós temos três inscritos. A Paloma, em seguida o Maciel e em seguida a Célia, para que façam as suas perguntas. Paloma, por favor.

PALOMA SOARES: Bom dia, a todos presentes nesta manhã, este Fórum é muito importante para iniciar o ano de 2024. A partir do Dr. Alexandre e da Antônia que estão aqui presentes, eu quero saudar o Movimento "Somos todas professoras" do qual eu faço parte. Eu moro em Jundiaí, São Paulo, Estado de São Paulo, e faço parte dessas nomenclaturas que o Dr. Alexandre citou, na brilhante fala dele. Uma fala que empodera todas nós que estamos diariamente no chão da Educação Infantil. Então, eu quero só fazer uma observação, porque desde o começo, desde que começou este Fórum, inclusive a professora Rita Coelho disse que o MEC tem um comprometimento com a pauta antirracista na Educação Infantil e na creche. E parece que nessa fala está dizendo que o MEC, através de uma mágica, vai colocar essa pauta dentro das creches do Brasil. E eu quero dizer para todos que estão aqui nesta manhã, que essa pauta somos nós, somos nós as profissionais que estão diariamente na creche. Então, não tem como falar de antirracismo sem considerar que quem vai levar a pauta antirracista somos nós. E há décadas e décadas que afastaram essas profissionais da pauta antirracista, e a gente esqueceu de dizer também, mas é bom a gente lembrar que a gênese da creche, como diz no *livro Porque a creche é uma luta das mulheres,* a Gê se da creche é antirracista, é antissexista, e hoje a gente pode dizer que ela é antilgbtfobia. Também a gente precisa lembrar que a creche é um espaço de conhecer o mundo e construir identidade.

E que nós, nas nossas nomenclaturas, somos nós que apresentamos esse mundo e somos as referências para que os bebês e as crianças bem pequenos construam a identidade. Qual é a pauta prioritária que o Fórum deve levar para o CONAE? A pauta prioritária é a chave da creche da Educação Infantil, somos nós, então. A pauta precisa ser a valorização e o reconhecimento de quem está diariamente no chão das creches dos estados brasileiros, e somos nós, as ADIs, as monitoras, as recreacionistas, todos esses nomes que nos dão para não dizer de fato quem nós somos.

E esse debate precisa se dar na indissociabilidade do cuidar e educar, e na Dupla docência que é o que nós queremos. Eu sei que a gente precisa falar, como diz a professora Rita, que esse debate precisa ser colocado, porque o profissional de apoio precisa estar no debate, só que nós queremos que esse debate seja feito como ele precisa ser feito, e em 2024, que é um ano político. Nós não somos apoio, nós não somos monitoras, nem recreacionistas. Nós queremos cumprir o que o artigo 61 disse lá na LDB, em 1996, na sala de aula onde Emmi Pikler diz: "que a sala da vida" e a creche é um espaço para a vida. Existe um profissional e esse profissional é o docente e a docente. Porque somos 97,7% de mulheres nas creches, e as nossas categorias precisam reconhecer e as autoridades precisam reconhecer, as autoridades aqui presentes que a nossa exploração é como docente, todas nós somos exploradas como docentes, nós temos os deveres das docentes, porém, nós não somos bem remuneradas em temos dos direitos das docentes. E hoje o principal direito é o piso salarial e a aposentadoria especial. Não tem outra maneira de dar dignidade para os trabalhadores de creche, a única dignidade é o enquadramento no magistério, a pauta somos nós. Porque o Professor Paulo Freire já dizia "A peça-chave da educação é a Educadora", a peça-chave da creche somos nós, nas nomenclaturas que precisam ser regulamentadas, porque somos todas professoras sim, independente do que dizem que nós somos. Nós somos professoras e não adianta falar em erguer a voz dos bebês e das crianças bem pequenas e deixar a gente na precarização da Educação.

Então a minha sugestão é o apoio à pauta deste Fórum, que precisa ser a valorização e o reconhecimento de quem está no chão da creche todos os dias, e precisa também ser o apoio ao Projeto 2387, de 2023, da professora Luciene Cavalcante, do PSOL. É preciso falar da quantidade de educadoras de profissionais que tem nas creches do Brasil. Eu sei que em São Paulo, como foi dito, são sete bebês para cada profissional, mas nas nossas falas pelo Brasil a gente vê que tem educadora sobrecarregadas com bebês, chega a ser oito, nove, até dez para cada profissional, e a gente precisa lembrar que a gente está lidando com vidas, com almas e a gente não pode ferir a alma dos

bebês e das crianças bem pequenas, por isso a gente precisa pensar em política pública que aumente a quantidade de profissionais nos estabelecimentos de educação de Educação Infantil, e isso é urgente. Porque para a criança não existe nem o ontem, nem o amanhã, existe o hoje, e esse direito precisa ser cumprido hoje.

LUCI GUIDIO: Obrigada, Paloma. Passo agora para o Maciel, vou pedir para que a gente conclua em três minutos a pergunta.

MACIEL NASCIMENTO: Bom dia, pessoal. Que encontro bacana! Em pleno sábado, estarmos aqui debatendo o futuro das infâncias, em especial, com a presença da Rita, que para nós é de fundamental importância e significativa essa conversa, que já foi combinada no encontro Sudeste, reafirmada no Encontro Nacional do MIEIB e aqui sendo colocada em prática pelo FPEI. Através do convite aceito pela Rita, e que talvez não seja só nossa última conversa, mas a primeira de várias que vamos precisar ter, em especial olhando um pouco o Estado de São Paulo, que tem uma grandeza no que se refere à diversidade da oferta na Educação Infantil. E que por isso mesmo precisa de várias conversas entre o MEC, Conselho Nacional e o Fórum Nacional de Educação, e por isso a CONAE abre as portas em nos permitir aprofundar essas questões. Eu acho que a Rita tem razão para uma discussão mais acertada e mais afunilada no MEC, e nós vamos precisar apontar o que mais nos aflige para priorizar em alguns debates. Eu acho que essa questão da Educação Infantil nos municípios, e a forma como vem sendo tratados os docentes é algo fundamental.

Em nenhum momento no município de São Paulo se recusou reconhecer a expertise e toda a qualidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido nas creches no momento da inserção, na estrutura do ensino e mesmo na inserção desses profissionais no Estatuto do magistério de São Paulo. Então essa prática foi reconhecida independente da nomenclatura, porque foram 4000 profissionais aqui em São Paulo, e apontamos a necessidade de tomar dois cuidados fundamentais, que são a questão da habilitação e do concurso, conforme prevê a legislação. Lembrando que aqui em São Paulo as profissionais já eram concursadas, portanto, a gente pôde trabalhar na linha da transformação do cargo, uma vez que já tinha sido feito concurso público, em que pesem posições contrárias entre outras questões, em que pese as a ADINS que hoje tramitam em vários municípios relacionados a essas transformações.

Entendemos que legalmente, tomando a posição e a defesa corretas, em garantir que todo esse trabalho feito com as crianças de zero a 6 anos e 11 meses, antes mesmo

do Ensino Fundamental de 6 anos, já vinha sendo desenvolvido nos equipamentos educacionais chamados creche. Então eu acho que essa é a grande questão: saber a posição do MEC e do Conselho Nacional de Educação, inclusive o recorrente processo de terceirização e privatização da Educação Infantil no nosso Estado e infelizmente no Brasil. É dado que cumprimos a meta de atendimento, de poder ter todas as crianças demandadas à Educação Infantil no atendimento público, porém, ele é público, às vezes entre aspas. A gente vê uma situação muito complicada no que se refere aos direitos nas terceirizadas, por meio da precarização no trabalho, currículo focado nas vocações, em especial nas entidades confessionais, a jornada das profissionais, os espaços para essa oferta. Ou seja, são grandes os problemas, que não podemos fazer vistas grossas ao que vem sendo desenvolvido nas redes. E a gente quer sim essa rede funcionando, mas não sem antes propor a retomada gradativa da rede direta no município de São Paulo, a começar pela Rede Indireta, já que os prédios pertencem à administração municipal, e que não são poucas unidades.

É importante que a gente tenha isso como um atendimento público e não ao viés, das vontades pensadas pelas organizações, muitas delas com trabalhos de qualidade, mas sabemos que por ser trabalhador de uma entidade, por exemplo, até debater um pouco o seu processo pedagógico, aquilo em que acredita fica complicado através das entidades confessionais, por exemplo. Então há que se ter um olhar mais amplo desse processo, e eu acho que não é trazer ingerências à forma como o município administra, mas pode ser feito de forma coletiva, de forma conjunta, através inclusive dessa proposta que o Fórum Paulista levou ao Encontro Sudeste, que é a I Conferência Nacional de Educação Infantil prevista até 2025, conforme também aprovada no Encontro Nacional. E precisamos já iniciar esta construção, pois muitas são as questões que serão debatidas nesse processo: reconhecimento das profissionais que atuam na Educação Infantil, independente da atual nomenclatura, currículo, o brincar, a resistência ao Livro Didático na Educação Infantil, que nos leva a combater a BNCC, etc. Realizamos fortes debates na CONAE Municipal, Estadual, e daqui a pouco nos encontraremos na CONAE Nacional, e vamos ter algumas discussões mais aprofundadas e dar continuidade, com uma bela conferência exclusiva da Educação Infantil.

A Carta de Princípios do FPEI e o documento resultante do último Congresso Paulista de Educação Infantil - COPEDI traz muito do que entendemos que deva ser debatida abertamente, pois estão estabelecidas algumas prioridades, que eu acho que devem ser pensadas e revisitadas para serem discutidas durante a CONAE. A própria carta do sudeste, a carta do Espírito Santo, que nós elaboramos no ano passado, traz

potenciais e importantes debates feitos no campo da alfabetização na Educação Infantil, na questão do livro didático na Educação Infantil, a discussão da própria BNCC. Foi um debate que a gente não se furtou a fazer de forma coletiva lá no encontro Sudeste, e acho que a gente vai precisar retomar também em algum momento esse debate como foi retomado também no Encontro Nacional. Então as nossas convergências e divergências têm um único foco, que é pensar em Educação Infantil de forma grandiosa. Enquanto sindicalista, pois sou dirigente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo, o SINDSEP, que protagonizou junto com as trabalhadoras a vinda da Assistência para a Educação. E como membro do Grupo Gestor do Fórum Paulista, sempre trago as preocupações no âmbito global, a questão do foco do atendimento à criança, mas também as condições de trabalho dos profissionais, porque somente com condições adequadas poderemos garantir uma Educação Infantil em que a gente acredita, que a gente defende.

Então, este encontro está muito potente, em plena manhã de sábado, parabenizo a participação de todos aqui, não só no *Meet*, mas também no YouTube. Essas participações serão importantes inclusive para apontar caminhos, e de forma coletiva unir a Educação Infantil. A Educação Infantil unida através da CONAE 2024 no finalzinho deste mês. A Educação Infantil unida na I Conferência Nacional, que realizaremos até o final de 2025. Então um abraço e que bacana. Parabéns ao FPEI, obrigado, Rita e Alexandre, fundamentais suas posições. E a Elaine traz esse olhar fundamental da criança, esse processo do chão da escola, para que a gente possa estar se deliciando com esse debate de muita amorosidade nessa manhã, obrigado, gente, desculpa se eu alonguei minha fala.

LUCI GUIDIO: Imagine. Vou passar a palavra agora para a Célia.

CÉLIA REGINA BATISTA SERRÃO: Bom dia! Primeiro gostaria de agradecer à organização desta Assembleia. Nós arriscamos realizá-la em janeiro mesmo, sabendo não ser uma data muito grata, mas para que fosse antes da CONAE, não tínhamos muita opção, então agradecemos a presença de todas as pessoas. Agradecemos especialmente à Rita, que prontamente aceitou o convite e está presente hoje em situação de recuperação pós-cirúrgica. Rita, a sua presença é bastante especial nessa condição. Agradecemos imensamente, ainda mais tratando-se de uma cirurgia ocular e a luz do computador provoca incômodo e desconforto. Agradecemos também a

participação do Alexandre, da Elaine e da Luci na coordenação. Agradecemos ainda as intérpretes de libras, um cuidado com a inclusão que buscamos garantir.

Vamos lá, minha fala é na perspectiva do posicionamento, vou colocar algumas questões e encaminhar para a pergunta. Primeiro, a formação inicial. De que formação a gente está falando? De que curso de Pedagogia a gente está falando? Para além das discussões das Diretrizes, tomando lá de 2006 toda polêmica, muitos de nós participamos desse processo todo, que culminou na Pedagogia com base na docência. Nesse momento, estamos em meio ao processo de revogação da Resolução 02/2019, e o que recuperar da Resolução de 2015, enfim ... Há uma discussão enorme e que é superimportante, só que eu queria retomar algo para além disso, para além de discutir as diretrizes, perguntar: de que Pedagogia é essa que estamos falando? Da Pedagogia das universidades públicas? Da Pedagogia das universidades privadas ou faculdades isoladas, EaD, esse supervalorizado nicho do mercado? O ministro Camilo Santana, recentemente, já contou um pouco do que pretende fazer a esse respeito. Essa Pedagogia EaD, de qualidade altamente questionável, não dá conta da formação para a docência na Educação Infantil, assim como também não dá conta da formação para a docência no Ensino Fundamental e para as tantas outras atribuições do/da profissional que se forma como pedagogo/a.

Então, a primeira pergunta é essa: "De que Pedagogia a gente está falando?" Eu falo pela Unifesp, e eu digo que nós formamos para a docência na Educação Infantil, digo com tranquilidade. Temos a Residência Pedagógica, um programa especial de estágio, temos a mesma carga horária de estágio para Educação Infantil e Ensino Fundamental. Estou sendo injusta em não nomear as demais universidades, pois tem tantas outras que formam, mas posso falar também da UFSC, só de olhar a estrutura curricular, percebe-se o lugar da infância e da Educação Infantil. Retomando a pergunta: De que formação inicial estamos falando quando mencionamos não formar para a docência na Educação Infantil? De que Pedagogia estamos falando? Mas vamos discutir também quais são as condições das Universidades e das faculdades que trabalham com Pedagogia. Isso é uma coisa: que formação inicial é essa?

A segunda pergunta é: por que retroceder? Porque eu compreendo que discutir dois profissionais com duas formações e dois cargos na Educação Infantil é retroceder. Por que vamos retroceder? É necessário relembrar o longo e trabalhoso esforço de formação e adequação das profissionais de Educação Infantil para atender às exigências da LDB, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Muitas de nós participaram desse processo, que foi pauta de várias edições do COPEDI (Congresso Paulista de Educação

Infantil), inclusive Rita Coelho, à frente da COEDI/MEC, não só acompanhou as discussões como contribuiu institucionalmente com a organização do COPEDI (com envio de passagens áreas como forma de auxiliar a viabilização econômica do congresso).

O grande desafio naquele período, chamado de transição para adequação às exigências da LDB, era buscar programas de ampliação de escolaridade para a regularização das profissionais que à época não tinham a habilitação em nível médio, porque não era exigido. O processo de integração ao sistema ensino exigia essa formação, e exigia a regularização de quem estava atuando. Os municípios buscaram responder ao desafio colocado. Então eu digo que propor e/ou legitimar duas profissionais na Educação Infantil, uma com formação docente e outra sem formação docente é retroceder. E pergunto: por que vamos retroceder? O que justifica tal retrocesso? A quê e a quem interessa tal retrocesso? O Fórum Paulista de Educação Infantil é contra esse retrocesso! É contra a presença de profissionais hierarquizados no trabalho direto com bebês e crianças nas creches e pré-escolas: uma docente e uma não docente. Nós defendemos que a profissional é a professora! Não temos dúvida quanto a isso. Não é à toa que chamamos aqui para compor essa mesa o "Somos todas as professoras", movimento do qual faço parte e tenho orgulho enorme.

Então, compreendemos que esse processo (de integração ao sistema de ensino, atendendo à exigência de escolaridade e a função docente), além de não ter sido concluído, os municípios burlaram a LDB com concursos públicos indevidos, que não deveriam ter sido realizados como forma de baratear a oferta da primeira etapa da educação básica.

Não sei se Cida Peres ainda está presente, mas Cida Peres, como Secretária da Educação, participou do processo em São Paulo, como Luci mencionou há pouco. Eu acompanhei esse processo, foi objeto de pesquisa do meu doutorado. Tem uma fala da Sonia Larrubia, responsável pela Educação Infantil na época da transição no município de São Paulo, que vale mencionar aqui: "A Maria Malta Campos ficava o tempo todo falando para gente, "Olha, nada de auxiliar, por favor, nada de auxiliar, organiza esse processo, de forma que todos venham a ser professores, que conquistem a escolaridade exigida, que tenha um processo de formação, de ampliação da escolaridade". Veja, não estamos falando de professora sem formação, estamos falando de professora com a formação exigida por lei! Foi possível! E se foi possível na maior rede da América Latina, se foi possível na rede mais antiga, fico pensando que é possível em tantos outros municípios. E se não for possível em tantos outros municípios é uma política pública

que a União deve assumir, para tornar possível. Por isso não vejo por que retroceder. Aliás, tivemos políticas públicas no âmbito estadual e federal para formação de professoras com o objetivo de atender a exigências da LDB. Quem não se lembra do Pro-Infantil? Por que quase 30 anos depois propor contratação de profissional não docente na Educação Infantil???? Por que retroceder????

E a terceira questão, que é um comentário e segue como pergunta. Para as duas perguntas anteriores gostaria, se possível, o comentário de todos os convidados. Essa terceira é mais específica para a Elaine. Eu tenho um apreço enorme pelo CEMEI, eu tenho um apreço enorme pelas propostas de Educação Infantil que tratam de maneira integrada a creche e pré-escola. Para mim, o CEMEI faz frente à fragmentação da Educação Infantil, e nesse sentido, temos muito a aprender com ele, porque provoca exatamente a reflexão do que nós estamos discutindo: qual a identidade da profissional de Educação Infantil. Não dá no CEMEI para você tratar de forma diferenciada aquela profissional que trabalha com os bebês e crianças pequenas e a outra que trabalha com crianças maiores. O CEMEI coloca em questão a discussão da identidade da profissional. E aí, segue minha pergunta: Esse é um caminho? Seria esse um caminho para a gente focar na construção da identidade da Educação Infantil? Ninguém no CEMEI questiona a docência ou não do trabalho com bebês e crianças pequenas. Assim como não se questiona a docência ou não do trabalho com as crianças maiores.

Muito obrigada. Agradeço a possibilidade de estar aqui com vocês. Agradeço participar dessa potente manhã. Rumo à CONAE. Na CONAE, a discussão será maior. Muito obrigada. E especialmente Rita, novamente, obrigada por estar presente nessa condição tão difícil de recuperação de uma cirurgia. Muito obrigada!

LUCI GUIDIO: Obrigada, Célia, nós temos aqui mais dois inscritos, que são a Elsa Dias, ela está presente? E em seguida, a Núbia, e aí a gente abre novamente para os participantes, para os nossos convidados e convidadas, para que a gente possa ir caminhando para as finalizações. Mas antes queria reforçar o que a Célia traz como posicionamento coletivo do FPEI, em relação a esse tema. Também nos posicionamos em relação às preocupações que temos de que tudo caminhe para um retrocesso, inclusive da Educação Infantil para Assistência Social. Esse é um fantasma que a gente vive. É em relação à avaliação, a gente sabe que tem que haver uma avaliação da política pública de Educação Infantil e não dos bebês e das crianças pequenas como cognitivo, mas da política pública da qualidade desse atendimento, fazendo jus a processos formativos dos próprios municípios, que cada um considera a sua realidade.

Quanto à CONAE, cabe ressaltar que teve participação ampla de municípios e estados, e que a gente tem lá um documento que será discutido. E que a gente de fato espera que todas as vozes apareçam ali. Com a palavra Elsa, e em seguida, a Núbia. Eu vou pedir para vocês serem breves, para que a gente possa ouvir a fala dos nossos convidados e convidadas. Por favor, Elsa...Não vejo mais a Elsa. Núbia, por favor.

NÚBIA GOMES: Oi, desculpa, estava falando com o microfone fechado, eu tinha levantado a mão e me senti contemplada pelas falas anteriores. Primeiro para parabenizar a todos, assim como a Célia fez, agradecer a todos, principalmente o pessoal da organização, aos convidados! Tenho algumas angústias, dúvidas, reflexões que a gente veio trazendo discussão, vou fazer minha audiodescrição. Sou uma mulher negra, tem uma flor vermelha no cabelo, cabelos cacheados, estou num quarto, tem um quadro de avisos ao fundo, estou com uma blusa vermelha com a palavra amor em várias línguas, estou com um batom vermelho e uso óculos. Então, a minha contribuição é bem simples, eu quero falar um pouco para ajudar a refletir e pensar sobre a docência na Educação Infantil, esse desafio é tão grande, né? Será que falta dinheiro para alguns municípios, talvez? Será que sobra falta de atenção ou desprezo para a importância da Educação Infantil? Não se constrói um castelo sem base, a Educação Infantil não pode mais ser vista como 'pré' de nada, é uma etapa essencial na formação do cidadão crítico e humano.

Precisamos sim de formação adequada para Educação Infantil e mais agora, com este desafio de crianças tão pequenas na nossa Educação Infantil, mas nós precisamos também de formação continuada de qualidade. Assim como a professora Rita, acredito que são muito necessários os estudos dos dados, as informações do quão é importante esse outro profissional na Educação Infantil, e que ele não precisa ser, como diz a Célia, uma pessoa que não seja todos/todas as professoras, são questões que vão nos consumindo e vão nos preocupando, mas que momentos e espaços como esses nos ajudam muito. Elaine, sem palavras para essa sua fala potente, as vivências interculturais em todas as etapas, em todos os espaços da Educação Infantil, como e quanto isso é importante. Obrigada, Alexandre, Paola, parabéns, muito, mas muito prazer em conhecê-los, aqui representando o movimento "Somos todas professoras", né? Alexandre, Paola quero agradecer imensamente a participação e discussão que vocês trouxeram para a gente.

Estou indo para CONAE, como delegada eleita aqui em São Paulo, a Rita não traz um questionamento, né? Será que se levarmos muitas pautas nós seremos ouvidos?

Quantas pautas nós precisamos para a Educação Infantil ter qualidade, ser ouvida, ter voz, vez e respeito!

É isso, quero agradecer imensamente à organização do nosso "Erga a voz", desta atividade hoje e dizer que tenho muito, muito orgulho de ser professora de Educação Infantil e fazer parte do FPEI e estar hoje aqui com vocês.

LUCI GUIDIO: Obrigada, Núbia. Encerramos aqui com a fala de Bianca, e em seguida eu passo a fala para os nossos convidados e convidadas, para que respondam e vão finalizando. Antes da Bianca se colocar, eu quero colocar uma questão trazida aqui para nós pela Hora 13. E que também é uma preocupação nossa, é uma solicitação para que todos que estão participando, tanto aqui no *Meet* como no YouTube, as diferentes vozes que aqui estão, que levem também esta nossa preocupação: "Quando nós teremos uma política pública para os bem pequeniníssimos que decrete a brincadeira como fundamental na educação das infâncias brasileira, vendo isso na experiência que a gente tem nos quilombos, nos acampamentos, nas aldeias. Quando nós vamos falar que a política pública para a primeira infância, além do que está sendo proposto que está ali dado, discutido. Mas quando é que a gente vai dizer, vai decretar em Decreto que brincar é nosso maior posicionamento perante todas as infâncias. O direito à brincadeira". E muito bem lembrado aqui pela Hora 13, quando as construções de novos espaços de Educação Infantil desconsideram os espaços livres. O que fazer? Bianca, com você a fala.

BIANCA CORREA: Obrigada, Luci, bom dia. Acho que na verdade já é boa tarde, eu queria também agradecer à organização do encontro, agradecer à Rita, como a Célia falou, vindo após uma cirurgia, nessa condição um pouco desajeitada. Agradecer ao Alexandre, agradecer à Elaine com todas essas falas que contribuíram tanto. Agradeço a todas as pessoas que estão aqui. Eu aproveitei para falar porque eu vi uma desistência, então eu falei, acho que dá para eu falar rapidinho. E minha fala se dirige sobretudo à Rita, mas eu acho que se os outros dois convidados quiserem comentar também... A minha preocupação vai um pouco na direção do que a Luci acabou de mencionar, e que tem a ver com o posicionamento do Fórum Paulista de indagar quando a centralidade da política vai ser a brincadeira, tal como está nas diretrizes, tal como vem sendo defendido, tal como aparece nos documentos, mesmo nos documentos mais recentes, as brincadeiras e as interações. Quando isso vai ter a centralidade na formação e em todas as políticas educacionais? Porque o que a gente tem visto, num

certo sentido, desde que se decidiu que as crianças iriam entrar com seis anos no Ensino Fundamental, é um movimento de cisão, Rita. E o meu receio, olhando agora para o que está acontecendo, é essa discussão da formação de professores, essa discussão de contratação de auxiliares, esse posicionamento que os municípios têm adotado, alegando falta de recursos e simplesmente ignorando a legislação. Porque a legislação é muito clara, como o Alexandre mencionou, a legislação não deixa dúvidas a respeito de quem contratar para ser docente na Educação Infantil.

A LDB não tem dubiedade, ela é clara, claríssima, para ser docente na Educação Infantil tem que ser professor, para ser professor precisa ter ao menos o Ensino Médio na modalidade normal, o magistério no Ensino Médio. Tem dúvida quanto a isso? Não tem dúvida! Então, os municípios têm praticado uma ilegalidade e essa ilegalidade tem sido tolerada. Precisaria ter reação a isso, reação em todos os níveis, do nível mais alto até o nível local. E toda essa movimentação diz respeito a isso. Paralelamente a isso, os municípios estão recorrendo, principalmente os municípios de grande porte e de médio porte, têm recorrido às diferentes formas de conveniamento. Então, eu tenho olhado para isso como uma forma de dissociar, de cindir o atendimento da pré-escola e o atendimento da creche. E olho para isso com muito receio de que nós estamos vivendo paulatinamente um retorno das creches à Assistência Social, uma retirada da creche da Educação. Olho com muito receio de que, olha, posso estar sendo terrorista, mas como a gente trabalha com política, às vezes a gente tem um olhar meio terrorista, mas eu tenho muito receio de que por trás disso o movimento seja esse. Não estando mais na educação, a gente realmente não precisa de professora. A gente pode ter qualquer pessoa lá, independente da formação que essa pessoa tenha.

Então, Rita, eu queria que você falasse um pouquinho disso, e um pouquinho também desse olhar para os conveniamentos, para a forma como têm acontecido. E quando a gente fala de parâmetro de qualidade, às vezes a gente tem também a ideia de que se a gente regular, se a gente regulamentar, se a gente estabelecer normas para os convênios, os municípios eventualmente vão atender a essa regulamentação. Em 2009, o MEC elaborou um material de regulamentação para os convênios, e mesmo assim os municípios não estão respondendo, não estão atendendo aquela regulamentação, os convênios continuam sendo absolutamente precarizados. Eu penso que três elementos poderiam determinar uma melhor qualidade: plano de carreira, salário e jornada de trabalho. Se esses três elementos fossem iguais aos que a rede pública atende, oferece para os professores, Ok. Condições e objetivos iguais, talvez qualidade igual, mas isso absolutamente não acontece e a gente tem um monte de

conhecimento produzido nessa área, mostrando que não oferece, então a qualidade necessariamente está muito inferior. Fazendo junção com a CONAE, o que está proposto no plano, no documento? E na CONAE, não vai dar para discutir tudo na CONAE. Ela tem um documento base que é fruto da discussão Municipal, das discussões estaduais e ela está fechada, a gente pode discutir o que está no documento, a gente não pode fazer grandes mudanças, levar novas questões, é o que está lá que vai ser discutido.

E o que está lá, em termos de recursos, no que diz respeito a recursos públicos para a rede privada? Eu acho que está tímido, mas de qualquer modo está. Reestruturar o volume de recursos públicos para o privado, de modo que isso seja paulatinamente diminuído, ou seja, minimamente há um apontamento para que os recursos públicos, pelo menos parem de ser carreados para a rede privada. Então, é um anúncio. Eu queria te ouvir um pouquinho a respeito disso, porque eu acho que essas questões estão correndo paralelamente, um movimento de terceirização cada vez maior, e acho que a cidade de São Paulo é o maior exemplo, nesse sentido. O pessoal que está em São Paulo sabe disso e a gente tem visto isso crescer no Brasil. Com essa questão da cisão por completo e da contratação de pessoas, às vezes com qualificação, às vezes sem a qualificação, mas com contratos que não reconhecem essa condição de professoras. Obrigada.

ATO III – FECHAM-SE AS CORTINAS

LUCI GUIDIO: Obrigada, Bianca. Eu vou pedir para que os convidados e convidadas se manifestem e já façam também a saudação final da nossa Assembleia. Agradecendo desde já a presença das nossas intérpretes de libras, a Eliane e a Paula. Agradecendo muito à Elaine, pela generosidade, competência de nos trazer os bebês e as crianças. Ao Alexandre, por trazer para a gente uma representatividade de uma lei que humaniza uma legislação humanizadora. E à Rita, nossa Rita é de coração que a gente agradece esse espaço de diálogo. Muito preocupada com o seu bem-estar, mas ao mesmo tempo querendo muito ouvir, estar junto, e a gente tem todo interesse em fortalecer a democracia, por isso que a gente está aqui hoje. Então, Rita, de coração. E eu estou me antecipando porque eu fico ansiosa, e esqueço de agradecer. Eu acho que também a gente já teve aqui o posicionamento do Fórum que nos foi solicitado. Então com a fala da professora Rita, depois o Alexandre e a Elaine. Pois não, Rita.

RITA COELHO: Então, eu também queria dizer que além de ser um prazer, o lugar que eu ocupo hoje exige como um dever, eu tenho obrigação de estar aqui, de dialogar com quem defende, com quem faz a Educação Infantil. Fica um agradecimento muito, muito especial, muito sincero a esse nosso diálogo, que não é um diálogo fácil. E eu queria só trazer uma questão que não apareceu aqui, que é a questão do nosso frágil pacto federativo, e a importância de um Sistema Nacional de Educação. Porque essas questões que apareceram estão na verdade atribuídas à autonomia do município. Então o próprio MEC, o próprio governo federal tem limites para intervir de forma efetiva, essas questões nós precisamos avançar na definição do Sistema Nacional de Educação, porque são os conselhos que regulamentam o número de crianças por professor, são os legislativos municipais que aprovam concurso para auxiliar, são as prefeituras que definem o edital, o que é o papel do auxiliar. Essa é uma questão muito complexa.

Por outro lado, Bianca, eu também tenho medo, certo? Se eu falasse que eu não tenho medo seria uma certa mentira, não é à toa que eu estou operando minha vista. Eu quero continuar enxergando bem as coisas, mas eu acho que a gente não corre esse risco de a creche voltar para a Assistência Social. Por causa do financiamento, a assistência social não tem um recurso como do FUNDEB que a educação tem para financiar o atendimento do zero a três. Mas o que a gente está observando é uma volta nas concepções, é uma volta não na integração institucional, o que hoje é um grande desafio para o lugar que eu ocupo. Quer dizer, qual é o papel do MEC em relação às crianças de 0 a 3 que não têm o atendimento garantido? Qual é o papel do MEC na relação com a formação dos profissionais que estão atuando com esses bebês tão pequenos? Eu compartilho seu temor, não de uma volta na integração do sistema, uma fragilização de concepções da Educação Infantil em relação aos bebês e às crianças das creches. E acho que esse é um ponto que nós precisamos levar para o CONAE.

E Luci, quando eu falo do Fórum, do MIEIB ter uma agenda estratégica, não é que vocês não têm agenda, vocês têm o Fórum Paulista, tem uma agenda muito, muito forte. Nem todos os Fóruns têm uma agenda tão consolidada como a de vocês. Mas eu acho que agora na CONAE além de ter o documento base, a Bianca citou um dos pontos, a gente vai ter que escolher quais as questões que nós queremos avançar. Essa questão do profissional, da docência, para mim está seríssima. Está seríssima, porque ela está sendo institucionalizada. E eu tenho dúvidas se o artigo 61 resolve tudo como vocês acham. Entendo como a Bianca que a docência está definida como formação exigência e como concurso público, mas o 61 amplia as possibilidades de formação, mas não diz de quem, e não cria carreira, e não cria piso e não cria jornada. Então na verdade o 61

se aplica à merendeira, à secretária da creche, ao auxiliar a assistente, ele é muito amplo, e, na minha avaliação, ele não equaciona a questão da docência, talvez ele equacione a questão dos profissionais não docentes. Porque como a Bianca disse, os profissionais docentes estão lá claramente definidos quanto à formação, ao ingresso. Compartilho o temor de uma fragilização da concepção de direito à creche, não um retrocesso de vincular a educação à assistência, mas fragilizar a concepção.

Tem uma enorme preocupação, com menos de um mês que eu tinha tomado posse eu recebi o movimento "Somos todas professoras", tenho dialogado com Alexandre, com a deputada Luciene e eu acho que essa questão não se resolve por decreto sem um debate. Acho que a Noêmia que falou que tem muito orgulho de trabalhar na Educação Infantil e eu queria dizer que além de orgulho é um privilégio trabalhar na Educação Infantil. Sabe? A nossa pauta é uma pauta positiva, nós temos lista de espera, vocês estão acompanhando a discussão do Ensino Médio. Pessoal, não quer fazer Ensino Médio mais não, entendeu? Nós temos lista de demanda, nós temos crianças alegres que nos contaminam com essa característica da infância. Agora decretado está que a brincadeira é o eixo da Educação Infantil, como está decretado que não se pode matar mulher e o feminicídio aumenta no Brasil. Então, me parece que a questão não é de decretar. A questão é exatamente o que nós estamos vivendo esta manhã, é de participação, é de ampla participação de vários segmentos.

E quando eu disse à Paloma que o MEC tem a centralidade hoje na discussão do racismo, eu não estou atribuindo ao MEC esse mérito, eu estou só reconhecendo que a atual gestão está junto, está ao lado do enfrentamento ao crime que é o racismo na nossa sociedade. Crime para pretos e brancos. O racismo não atinge apenas os pretos, ele é prejudicial para toda a sociedade. Eu não estou atribuindo ao MEC nenhum protagonismo milagroso, inclusive porque a SECADI retornou e essa pauta não é da SEB, e da secretária Zara, é da coordenação da Diretoria de educação étnico-racial, mas eu quis deixar claro que o MEC está nesta gestão ao lado do enfrentamento dessa questão. E acho que eu e nós não temos outro caminho a não ser o desta manhã, mesmo que não esteja em minhas melhores condições, eu acredito no nosso diálogo. O conveniamento ou a parceria pública privada. Você tem toda razão, Bianca, eu quero rever o documento de orientações para oferta da Educação Infantil por meio da Lei, que é a lei das parcerias público privadas, nós temos que rever isso. Pessoalmente, não sou otimista. Eu acho que o que nós podemos fazer é isso que está no documento da CONAE, qualificar essa relação porque ela está forte, são interesses muito poderoso, por trás dessa questão: do livro didático, da parceria público- privado, da privatização,

do voucher, do *homeschooling.* Nós vivemos numa sociedade muito desigual, infelizmente a Educação Infantil reproduz essa desigualdade, mas eu confio no nosso debate, eu confio no nosso compromisso com as crianças. E gosto muito de lembrar das minhas falas do Guimarães Rosa, quando ele diz: "Uma coisa é pôr ideias arranjadas no papel e outra é viver num país de tantas misérias de carne e sangue". Então acho que nós somos as pessoas que vivemos esse país de tantas misérias, mas também somos as pessoas que põem ideias arranjadas num papel. Muito obrigada, pessoal, rumo à CONAE com muita vontade de enfrentar essas questões de avançar. Um abraço especial, Luci, em seu nome, a todos que organizaram esse evento e especialmente a todos que participaram aqui com o nosso diálogo. Muito obrigada.

LUCI GUIDIO: Alexandre, por favor.

ALEXANDRE TORTORELLA MANDL: Bom, pessoal, algumas das questões que foram colocadas que eu acho que dão margem para seguir evidentemente o debate e longe de querer esgotar aqui, mas quero dar os parabéns para a organização de iniciar a assembleia, o esforço feito da organização, e de todo mundo ficar aqui até agora e participando, e de ter essa oportunidade, antes da CONAE e saber que também vai seguir depois. Eu acho que a partir das provocações feitas, é fundamental a relação, não só Federativa, como a professora Rita já falou, a gente já teve oportunidade de debater isso em outro espaço, eu falei rápido isso na minha fala inicial, mas também aqui foi perguntado. A complexidade existe, é verdade, com uma dificuldade grande de como que o MEC por um lado fiscaliza, orienta, normatiza e como isso pode ser feito, e deve ser aprimorado permanentemente. Mas que é verdade, uma vez que existe uma autonomia dos municípios, mas, friso, uma autonomia relativa, pois é uma competência concorrente, tanto é que é financiado e tem os instrumentos de controle para isso. Tanto assim que o Prefeito não pode fazer da cabeça dele, não pode fazer tudo, como ele quiser, regulamentar sem referências. Ele tem que cumprir a Legislação Federal, então todo momento essa relação e tensão vão acontecer permanentemente, o que eu acho que é consenso aqui entre todos nós, inclusive com a Rita, quando a gente teve oportunidade de conversar, é de como complementar, qualificar, melhorar esse trabalho permanente dessas fiscalizações. Por um lado, a gente faz a luta em cada cidade, não é uma bolha, e cada um não faz da sua própria cabeça. O município, por mais reacionário que seja, ou por mais progressista que seja, ele vai ter parâmetros, e esses parâmetros, sejam nacionais, sejam da legislação, sejam pelo próprio financiamento

pelo MEC, então eu acho que a gente vai ter permanentemente que trabalhar com essas questões concomitantes no âmbito federal. E no caso da Educação Infantil, no âmbito municipal, não pode cada "lado", aspas, jogar para o outro ente; daí a tarefa da gente ter força na sociedade civil organizada, dos movimentos sociais para cobrar; a gente tem feito esse debate com a UNCME, né? Pelo papel dos Conselhos Municipais, e eu acho que pelo menos a gente tem colocado, como a gente fala, uma "pedra no sapato", este "dedo na ferida", né? Mas sempre de forma propositiva, de como buscar resolver isso; não acho que é simples e muito menos por decreto, nós temos que fazer, como a professora Rita aqui colocou, não só não resolve, isso tá gravado todos os lugares da minha fala, que mesmo aprovando o projeto de lei de iniciativa da professora Luciene Cavalcanti, do Psol, de São Paulo, segue a luta.

O projeto deixa mais preciso justamente pra evitar margem do artigo 61, que a professora Rita colocou, tem uma divergência, uma diferença ali do que entra, do que seria ou não, não acho que encaixa no exemplo nominalmente colocado da merendeira tal, mas claro a gente segue o debate e a professora Rita tem toda a autoridade historicamente e toda a referência pra nós, mas não me parece que é isso? Não traz insegurança jurídica, mas, ao contrário. Tenta deixar ainda mais evidente. E de novo, também não é algo criado da minha cabeça, mas que avança no que já consta no artigo 61, por si só já deveria ser cumprido, e a gente tá permanentemente buscando efetivá-lo, trabalhar. Ele é um ponto de apoio, ele foi a base para que várias cidades fizessem os devidos enquadramentos nestes mais de 30 anos. Vale salientar um aspecto: se é verdade que no primeiro momento foi utilizada a ferramenta jurídica como "transformação do cargo", e hoje não é o melhor instrumento, depois de 20 anos, e avaliamos as alternativas para melhor garantir o reconhecimento da função docente e o reenquadramento como parte da carreira do Magistério, e não como transformação do cargo, como se fosse uma burla do princípio do concurso público, mas sua efetivação, a garantia de fazer valer o que está na sua atribuição.

A gente tem trabalhado com essa concepção do reconhecimento da função docente; como se fosse uma caixa de ferramenta e há diferentes instrumentos. Transformação é um. Se não é o mais adequado, usamos outro instrumento. Qual é o drama? É o que a gente tá fazendo, o debate, a gente avança na CONAE, a gente vai para mais um plano nacional de educação, legal, mas só que, enquanto isso, qual que é a situação? Talvez a Bianca levantou a bola, na minha opinião, de forma mais direta, se, de fato, o que está em jogo não é voltar para perspectiva explícita da assistência social. Pode ser. É verdade o que a professora Rita disse, e conhecendo a estrutura lá

do MEC, não interessa os municípios sair e ir para a Secretaria da Assistência Social, principalmente pela questão financeira, agora se é financiado sobre a perspectiva da educação, o trabalho realizado não é educacional? Não é pedagógico? O trabalho exercido por essas profissionais não é docente? Se não é, é o quê? Então acho que a gente tá com a "faca e o queijo na mão" de pegar esta contradição e enfrentá-la, apresentando soluções. Nós não vamos resolver imediatamente, não só na CONAE, nem só com um projeto de lei, nós temos muito claro que isto é um problema estrutural, que nós temos um problema de longo e médio prazo, num país profundamente marcado pela colonização, pelo racismo e pelo patriarcado, nós temos um buraco embaixo gigantesco, mas por que até hoje nunca foi resolvido? E nós não estamos confortáveis com essa situação. Esse é nosso grito. Como resolver? Nós podemos fazer um grande debate, o que a gente está querendo colocar, por um lado, é que tem um problemão, todo mundo está de acordo? E nós não inventamos a roda, com toda humildade, é uma luta de uma geração inteira, de 30 anos desse debate. Agora, nós não podemos "tapar o sol com a peneira", nós não podemos deixar que para trás ficou o vácuo, como resolver isso? O Maciel colocou muito bem como a questão das ADINs. Como tem sido feito? Uma briga enorme para os municípios fazerem adequação, quando faz o judiciário vai lá e fala que é inconstitucional, porque a lei quer a transformação do cargo. Em vez de ter ido apurar porque que não fez a devida regularização, como se tivesse sido um oportunismo da prefeitura que fez e dos servidores que estão nessa luta, e não é!

Com esta questão liberal meritocrática reproduzem o discurso fácil, batido e hipócrita: vai prestar seu concurso, como uma questão individual. A solução não é essa e não é o que a LBD determinou, em que fixou a obrigação para fazer a devida regularização, reconhecendo a docência combinada, não só os artigos 8º, 28, 28, 31, 62, 67, 87, enfim, que vêm como desdobramentos ali na LBD para fazer esta transição. A gente falou aqui, e temos acordo, olha, consensualmente entendemos que a chave para entender é que há uma transição, e que ela está em disputa, e aí trago o que a Bianca levantou que é justamente falar que há uma preocupação concreta, porque o que a gente tem visto é um cenário de desmonte, se não é oficialmente, abertamente ir para a Secretaria da Assistência Social, em especialmente nos setores privados - um setor de depósito, no setor público um cenário de desmonte, mesmo que seja parcial de manhã e tarde esta divisão, e os problemas que isso traz, e nisso eu tô de acordo com a professora Rita, que é uma situação que está institucionalizada. Longe de ter sido o movimento que pontuou isto negativamente, porque eu já ouvi em outros lugares, que fique aqui em registro, que não foi a Rita que disse isto, mas em outros

lugares, por exemplo, se o movimento somos todas professoras tá criando uma subclasse, que o movimento somos todas professoras defendendo uma precarização da estrutura. Ora, é o contrário. Essa é uma acusação que a gente não pode levar. Porque, ao contrário, o que a gente está defendendo é que justamente essa questão seja superada e colocamos alternativas.

Afirmamos ainda que não somos os donos da razão. Apresentem outras soluções. Mas nós temos uma posição como resolver, e buscamos somar esforços. Vamos debater. Achamos que é com vários instrumentos que o governo Federal, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, porque não adianta fazer isso e depois vai lá uma posição equivocada sobre isso do Ministério Público e entende que é uma lei dessa seria inconstitucional, reproduzindo questões que são diferentes da estrutura da Educação Infantil, trazendo elementos do STF, como a súmula vinculante nº 43, ou o tema 667, e não é o caso. Eu brinco também que seria ótimo: vai lá dar uma canetada, uma decisão pacífica e resolve, mas hoje ele precisa entender que não se trata de transformação do cargo. Não é a função, é a mesma do que está no edital, agora os editais são os explícitos nisto? É evidente que não, precisa dar "um migué", fazer eufemismo, senão estariam lá as mesmas atribuições idênticas de professores, e não está justamente para querer justificar pagar menos; não existe escolaridade, a questão central passando de acordo que não exige escolaridade por causa da tua diretamente, ah, não é um cargo, é um cargo de apoio quando convém! Quando interessa! Porque na prática tem sido um cargo diretamente docente. Ora, não é a melhor forma, vai criar uma estrutura concomitante com cargo de apoio e cargo docente. Não é o que defendemos, como podem ver em todos os documentos escritos por nós. O movimento traz a posição que nós externamos aqui, agora a questão central é o cargo que é usado como docente, mas não tem os direitos correspondentes, como isto afeta na perspectiva real destas trabalhadoras, e como também afeta o direito à integralidade da docência das crianças. Ou seja, esse é o debate a seguir. Para concluir, eu acho que a Célia fez boas perguntas para pensarmos: qual a formação? qual a pedagogia? e como trabalhar com isto? A gente vai ter que promover isso nas faculdades de Pedagogia, eu tenho cada vez mais me aproximado e aprendido muito, acho que é um desafio enorme de como trabalhar a Educação Infantil sem estar desassociada, e de novo surgiu esta divisão que muitas vezes cria, da creche e da pré-escola, então os CEMEIs induzem a uma perspectiva complementar mais adequada. A gente tem batalhado nos municípios para que faça isto; aí tem o argumento das prefeituras que não fazem porque têm dificuldades estruturais, quanto à estrutura física mesmo das escolas, mas tem sido e

acho que a CONAE ajuda com o documento base de orientar para que seja complementar, se a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e com orgulho muita gente fala "eu sou crecheira", não é nenhum preconceito ou problema com a creche, a questão é como pensar isto articulado.

A gente vê isso muitas vezes que o tratamento para crianças de 0 a 3 é um, e de 4 a 5 é outro, usando uma informação distorcida das decisões inclusive judiciais, porque os pais, mães, responsáveis não são obrigados a levar as crianças de 0 a 3, é verdade! Isto é uma questão da família; outra coisa é da oferta que o poder público tem o dever de garantir. E a partir do momento que tem o dever de garantir, ele está educando, é uma unidade escolar, então nós ouvirmos, recebemos documentos de prefeituras que falam "não sou obrigada a ter docente para as crianças de 0 a 3", usando este argumento; é um absurdo. E expressa o perigo atual, de chancela do caráter meramente assistencial. É sério, gente. Recebemos documento firmado pela Secretaria de Educação de uma cidade. É o que temos visto em vários lugares. E o MP, como age? O Tribunal de Contas etc.? Então, desculpa me alongar demais. Parabéns para todo mundo! O tema é apaixonante! Que tenham as próximas atividades; um orgulho e uma responsabilidade ter ajudado neste debate, a luta continua! Professora Rita, melhoras pela sua condição de saúde, a gente se encontra logo mais. Foi ótimo! Elaine, um orgulho enorme de dividir o espaço contigo. Aprendi muito. Um abraço a todo mundo.

LUCI GUIDIO: Elaine, que vai encerrar esta assembleia com os bebês na mesa novamente.

ELAINE CRISTINA FERREIRA DA CONCEIÇÃO: Bem, obrigada pela possibilidade, agradeço aos colegas do Fórum Paulista de Educação Infantil pela possibilidade de diálogo, a todas as pessoas que estão aqui conosco.

Aproveitando que estão os bebês e as crianças na mesa e a Célia fez uma questão falando do espaço do CEMEI. E sim o CEMEI ele se constitui como espaço privilegiado, eu chamo, para discussão, consolidação da identidade e rompimento das cisões postas ao longo do processo da Educação Infantil de zero a três e de quatro e cinco anos. Porque inegavelmente a gente não pode dizer que essas cisões foram postas pela política pública, pelo reconhecimento docente, pela forma como os espaços foram se constituindo. Então pela trajetória docente as carreiras de profissionais de zero a três anos e quatro a cinco anos foram se consolidando de formas distintas, o reconhecimento profissional, o atendimento a esses profissionais também, inclusive com obrigatoriedade

dos 4 aos 5 anos, com uma etapa uma parte da Educação Infantil isso se aprofundou. Então eu tenho na mesma unidade Educacional, por exemplo agora um CEMEI, eu tenho a oportunidade de colocar na discussão, afinal de contas o que é Educação Infantil? O que a gente perdeu quando a gente separou o zero a três dos quatro a cinco? E a gente começa a lembrar da importância de retomar o que estrutura toda a Educação Infantil.

A gente começa a colocar como a Bianca, o que a partir da pergunta dela nos trouxe, a gente lembra do que nos estrutura. Colocar na roda que o que estrutura é a brincadeira e nas Diretrizes coloca a brincadeira e as interações. Eu sempre gosto de colocar também a arte.

Esses três pontos vão se estruturando. E quando eu lembro da interação, eu vou lembrar que é uma interação entre os bebês bem pequeninos e os bebês maiores, entre os bebês e as crianças, entre os bebês e essas docentes e todos, entre os bebês e essas famílias, entre todos esses bebês e essa comunidade que vai compondo essa unidade educacional. Entre esses bebês, essas crianças e a comunidade, esse território é o que vai se mobilizando quando eu reconheço esse espaço que não é um espaço doméstico, como espaço institucional. Um espaço que educa e cuida desses bebês e que é reconhecido por essa comunidade como um espaço que se diferencia, o que se mobiliza nesse local? Então a importância de a gente entender os espaços.

E eu até retomo que eu disse inicialmente, que eu acho importante a gente não perder de vista porque a CONAE está aí, e a gente reconhecer um ponto lá em 88, na Constituição, e que está no momento de fragilidade que a gente não pode perder de vista. O atendimento à creche e à Educação Infantil foi reconhecido como direito social dos bebês e crianças, e que portanto a Educação Infantil, que é o atendimento de 0 a 5 anos 11 meses e 29 dias, não é de 0 a 3 ou de 4 a 5, é a Educação Infantil, foi reconhecido como direito social dos bebês e crianças, e que em algum momento isso está se perdendo, a gente precisa retomar que esse é um direito social dos bebês e crianças, e que portanto é preciso colocar que esse direito não pode ser perdido. Então não dá para dizer que é algo que pode ser negociado, perder de vista que essa não é mais uma etapa da Educação Infantil, que isso vai ser posto em discussão. E se é uma etapa da educação, tudo aquilo pelo que já lutou, que a Educação Infantil precisa ser pública, ela precisa ser gratuita, ela não pode ser excludente, ela precisa se posicionar contra toda forma de exclusão. Isso precisa ser posto na primeira instância, eu acho que a gente não pode sair deste encontro sem colocar isso na pauta de discussão.

E aí acho que para finalizar, pensar na Educação Infantil de bebês e crianças bem pequenas, muitas vezes, não esteve na pauta o enfrentamento às formas de opressão.

E aí eu lembro que está lá no parecer dois, foi um parecer posto pelo MIEIB, porque quando foram publicadas as diretrizes para as relações étnico raciais, muita gente se perguntou se criança bem pequena reconhecia ou não reconhecia as formas de discriminação, e esse documento tem para a gente pensar nas formas mais pueris que possam aparecer. Então não importa se é ser entendido como forma de brincadeira, se é forma de expressão, os bebês e crianças precisam ser protegidos contra todas as formas de violência praticadas fora ou dentro do espaço institucional, e a escola precisa se constituir como esse espaço de proteção, e daí a necessidade da Educação Infantil se colocar como espaço comprometido com o enfrentamento ao racismo, não dá mais para a gente adiar, não dá mais para a gente não ser o espaço, e aí a gente precisa retomar isso, porque nas Diretrizes essa palavrinha racismo ela não aparece, e agora quando a gente vai para a CONAE essa palavra precisa aparecer com todas as letras, "A Educação Infantil deve se posicionar desta forma".

E eu agradeço e ao Fórum Paulista a possibilidade de diálogo. Obrigada, gente.

LUCI GUIDIO: Elaine, Dr. Alexandre, professora Rita, os nossos mais célebres agradecimentos, que a gente possa rumar à CONAE com políticas públicas de reconhecimento de fortalecimento, não esquecer de nenhum direito, e que a gente possa também ter um pouquinho de alegria, nesse momento em que o diálogo democrático está se consolidando. Uma boa tarde, um bom final de semana, boas energias aí para quem vai para a CONAE, contem conosco. E que tudo corra rumo ao fortalecimento desses direitos. Um grande abraço do Fórum Paulista de Educação Infantil e a gente se encontra nos próximos diálogos.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA
EDUCAÇÃO INFANTIL EM DEBATE: CONTRIBUIÇÕES PAULISTAS
Early childhood education in debate: contributions from São Paulo

Ana Lúcia Goulart de Faria
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Campinas
Departamento de Ciências Sociais em Educação
Campinas, Brasil
cripeq@unicamp.br
https://orcid.org/0000-0002-1886-3790

Roberto Sanches Mubarac Sobrinho
Doutor em Educação
Universidade do Estado do Amazonas
Curso de Pedagogia - ENS
Manaus, Brasil
rsobrinho@uea.edu.br
https://orcid.org/0000-0003-4893-0883

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR
Av. Francisco Glicério, 1121, ap. 76, Centro, Campinas-SP, 13012-000.

AGRADECIMENTOS
À Wilma Rigolon, pela revisão atenta e cuidadosa do texto.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA
Concepção e elaboração do manuscrito: A. L. G. de. Faria, R. S. Mubarac Sobrinho.
Coleta de dados: A. L. G. de. Faria, R. S. Mubarac Sobrinho.
Análise de dados: A. L. G. de. Faria, R. S. Mubarac Sobrinho.
Discussão dos resultados: A. L. G. de. Faria, R. S. Mubarac Sobrinho.
Revisão e aprovação: A. L. G. de. Faria, R. S. Mubarac Sobrinho.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA
Não se aplica.

FINANCIAMENTO
Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM
Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES
Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista
Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista
Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da

universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista
Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista
Recebido em: 02-04-2024 – Aprovado em:02-05-2024